

Friedrich Engels

Para a Questão da Habitação¹
Janeiro de 1873

Escrito por Engels de Maio de 1872 a Janeiro de 1873.

Publicado pela primeira vez no jornal Volksstaat, n.ºs 51, 52, 52, 53, 103 e 104, de 26 e 29 de Junho, 3 de Julho, 25 e 28 de Dezembro de 1872; n.ºs 2, 3, 12, 13, 15 e 16, de 4 e 8 de Janeiro, 8, 12, 19 e 22 de Fevereiro de 1873; e em três separatas, em Leipzig, em 1872 e 1873.

Fonte: Obras Escolhidas em três tomos, Editorial "Avante!". Publicado segundo o texto da edição de 1887.

Prefácio à Segunda Edição (Revista) de 1887

O escrito que se segue é a reimpressão de três artigos que escrevi para o *Volksstaat*² de Leipzig em 1872. Nessa altura, precisamente, caía sobre a Alemanha a chuva de milhares de milhões franceses³; foram pagas as dívidas do Estado, construídas fortalezas e quartelamentos, renovadas as existências de armas e equipamentos militares; o capital disponível foi, de repente, enormemente aumentado, tanto como a massa de dinheiro em circulação e tudo isto precisamente num tempo em que a Alemanha aparecia na cena mundial não só como «império unificado» mas também como grande país de indústria. Os milhares de milhões deram um poderoso impulso à jovem grande indústria; foram sobretudo eles que levaram ao curto período de prosperidade, pleno de ilusões, após a guerra — e, logo a seguir, em 1873-1874, ao grande craque — através do qual a Alemanha provou ser um país de indústria à altura do mercado mundial.

O tempo em que um velho país de cultura realiza esta transição — ainda por cima acelerada por circunstâncias tão favoráveis — da manufactura e da pequena empresa para a grande indústria é também, sobretudo, o tempo da «falta de habitações». Por um lado, massas de operários rurais são de repente atraídas para as grandes cidades que se desenvolvem em centros industriais; por outro, o traçado destas cidades mais antigas já não corresponde às condições da nova grande indústria e do tráfego correspondente; ruas são alargadas, novas ruas abertas, e faz-se passar o caminho-de-ferro pelo meio delas. No mesmo momento em que os operários afluem em grande número, as habitações operárias são demolidas em massa. Daí a repentina falta de habitações dos operários e do pequeno comércio e pequenos ofícios dependentes de uma clientela operária. Nas cidades que surgiram desde o começo como centros de indústria esta falta de habitações é por assim dizer desconhecida. Foi o caso de Manchester, Leeds, Bradford, Barmen-Elberfeld. Pelo contrário, em Londres, Paris, Berlim, Viena, ela tomou uma forma aguda e, na maioria dos casos, continua a existir de maneira crónica.

Foi, portanto, precisamente esta aguda falta de habitações, este sintoma da revolução industrial que se completava na Alemanha, que nessa altura encheu a imprensa com dissertações sobre a «questão da habitação» e deu azo a todo o tipo de charlatanarias sociais. Uma série de artigos desses foi também parar ao *Volksstaat*. O autor anónimo que mais tarde se deu a conhecer como senhor Dr. em med[icina] A. Mülberger, de Württemberg, considerou a ocasião favorável para, com esta questão, explicar aos operários alemães os efeitos milagrosos do remédio social universal de Proudhon⁴. Quando fiz saber à redacção o meu espanto pela aceitação daqueles singulares artigos, convidaram-me a responder-lhes, o que fiz. (Ver Primeira Secção: «Como resolve Proudhon a questão da habitação».) A esta série de artigos liguei pouco depois uma segunda, em que era analisada a

concepção filantrópico-burguesa da questão, com base num escrito do Dr. Emil Sax⁵. (Segunda Secção: «Como resolve a burguesia a questão da habitação».) Após um longo intervalo, o senhor Dr. Mülberger honrou-me então com uma resposta aos meus artigos⁶, a qual me obrigou a uma réplica (Terceira Secção: «Suplemento sobre Proudhon e a questão da habitação»), com que então chegaram ao fim tanto a polémica como a minha ocupação especial com esta questão. É esta a génese dessas três séries de artigos, que se publicaram igualmente como separata em forma de brochura. Se agora se torna necessária uma nova impressão, tenho de novo a agradecê-lo, sem dúvida, à benévola solicitude do governo imperial alemão, que, com a proibição, promoveu muito as vendas, como sempre, e ao qual eu aqui exprimo o meu mais reconhecido agradecimento.

Para a nova impressão revi o texto, introduzi algumas notas e adições isoladas e corriji um pequeno erro económico na primeira secção, uma vez que o meu adversário Dr. Mülberger infelizmente não o descobriu.

Com esta revisão dou-me bem conta dos enormes progressos feitos pelo movimento operário internacional nos últimos catorze anos. Naquela altura era ainda um facto que «os operários de línguas românicas não tinham desde há vinte anos outro alimento espiritual senão as obras de Proudhon» e, quando muito, a ulterior unilateralização do proudhonismo pelo pai do «anarquismo», Bakúnine, que via em Proudhon o «mestre de todos nós», *notre maître à nous tous*. Embora os proudhonianos, em França, entre os operários não fossem senão uma pequena seita, eram contudo os únicos que tinham um programa determinadamente formulado e que, durante a Comuna, conseguiram tomar a direcção no campo económico. Na Bélgica, o proudhonismo dominava de forma incontestada entre os operários valões, e na Espanha e na Itália, salvo muito raras excepções, tudo aquilo que no movimento operário não era anarquista era decididamente proudhoniano. E hoje? Em França, Proudhon está completamente posto de parte entre os operários e já só tem seguidores entre os burgueses e pequeno-burgueses radicais, que, como proudhonianos, se chamam também «socialistas», mas que são combatidos da forma mais veemente pelos operários socialistas. Na Bélgica, os flamengos desalojaram os valões da direcção do movimento, derrubaram o proudhonismo e levantaram poderosamente o movimento. Na Espanha, como na Itália, a maré alta anarquista dos anos setenta refluíu, e arrastou consigo os restos do proudhonismo; se na Itália o novo partido está ainda em fase de clarificação e formação, na Espanha o pequeno núcleo que, como Nueva Federación Madrilená⁷, se manteve fiel ao Conselho Geral da Internacional desenvolveu-se num poderoso partido que — conforme se pode ver pela própria imprensa republicana — está a destruir a influência dos republicanos burgueses sobre os operários muito mais eficazmente do que o conseguiram os seus ruidosos predecessores anarquistas. Entre os operários românicos, para o lugar das esquecidas obras de Proudhon passaram *O Capital*, o *Manifesto Comunista* e uma série de outros escritos da escola de Marx e a reivindicação principal de Marx: a apropriação de todos os meios de produção em nome da sociedade pelo proletariado elevado à dominação política exclusiva é hoje também a reivindicação de toda a classe operária revolucionária nos países românicos.

Se, portanto, o proudhonismo foi também definitivamente desalojado entre os operários dos países românicos, se ele já só serve — correspondendo ao seu verdadeiro destino — aos radicais burgueses franceses, espanhóis, italianos e belgas como expressão dos seus desejos burgueses e pequeno-burgueses, porquê então voltar hoje mais uma vez a ele? Porquê combater de novo, com a reimpressão destes artigos, um adversário defunto?

Primeiro, porque estes artigos não se limitam a uma mera polémica contra Proudhon e o seu representante alemão. Em consequência da divisão de trabalho que existia entre Marx e eu, coube-me defender as nossas opiniões na imprensa periódica, ou seja, nomeadamente, na luta contra opiniões adversárias, para que Marx tivesse tempo de elaborar a sua grande obra principal. Fiquei, deste modo, na situação de expor a nossa maneira de ver, na maioria das vezes em forma polémica, em oposição a outras maneiras de ver. Também neste caso. As secções I e III contêm não só uma crítica da concepção de Proudhon da questão mas também a exposição da nossa própria concepção.

Porém, em segundo lugar, Proudhon desempenhou na história do movimento operário europeu um papel demasiado significativo para poder cair sem mais no esquecimento. Refutado teoricamente, posto de lado na prática, ele conserva, porém, o seu interesse histórico. Quem se ocupar com uma certa profundidade do socialismo moderno terá de conhecer também os «pontos de vista ultrapassados» do movimento. A *Miséria da Filosofia*, de Marx, surgiu vários anos antes de Proudhon apresentar as suas propostas práticas de reforma da sociedade; aí, Marx não podia senão descobrir no germe e criticar o banco de troca proudhoniano. Assim, neste aspecto, o seu escrito é completado pelo presente, infelizmente de forma assaz imperfeita. Marx teria feito tudo isto muito melhor e de forma mais convincente.

Mas, finalmente, o socialismo burguês e pequeno-burguês tem estado até agora fortemente representado na Alemanha. Por um lado, por socialistas de cátedra⁸ e filantropos de toda a espécie entre os quais o desejo de transformar os operários em proprietários da sua habitação continua a desempenhar um papel importante e contra os quais, portanto, o meu trabalho continua a ser oportuno. Por outro lado, porém, no próprio partido social-democrata, incluindo a fracção do *Reichstag*, encontra a sua representação um certo socialismo pequeno-burguês. E de uma forma tal que, de facto, se reconhecem como justas as visões fundamentais do socialismo moderno e a reivindicação da transformação de todos os meios de produção em propriedade social, mas se declara que a sua realização apenas é possível num tempo distante, praticamente imprevisível. Assim, no presente estar-se-ia limitado a meros remendos sociais e poder-se-ia mesmo simpatizar, conforme as circunstâncias, com as mais reaccionárias aspirações à chamada «elevação das classes trabalhadoras». A existência de uma tal orientação é completamente inevitável na Alemanha, o país da pequena burguesia *par excellence*⁹, e num tempo em que o desenvolvimento industrial arranca de forma violenta e maciça as raízes a esta pequena-burguesia há tanto tempo enraizada. Isso também não é, de forma nenhuma, perigoso para o movimento, dado o senso admiravelmente são dos nossos operários, que deu provas tão brilhantes precisamente nos últimos oito anos de luta contra a lei dos socialistas¹⁰ a polícia e os juízes. Mas é preciso ter bem claro que uma tal orientação existe. E se,

conforme é necessário e mesmo desejável, esta orientação acabar por assumir mais tarde uma forma mais sólida e contornos mais determinados, ela terá então, para a formulação do seu programa, de remontar aos seus predecessores e, fazendo-o, dificilmente Proudhon será omitido.

O cerne da solução, tanto burguesa como pequeno-burguesa, da «questão da habitação» é a propriedade pelo operário da sua habitação. Este é, porém, um ponto que nos últimos vinte anos, com o desenvolvimento industrial da Alemanha, recebeu uma focagem muito particular. Em nenhum outro país existem tantos operários assalariados que sejam proprietários não só da sua habitação mas também ainda de uma horta ou campo, além ainda de numerosos outros que ocupam como arrendatários uma casa e horta ou campo com uma posse de facto bastante garantida. A indústria caseira rural, praticada em ligação com a horticultura ou a pequena exploração agrícola, constitui a ampla base da jovem grande indústria da Alemanha; no Oeste, os operários são predominantemente proprietários e, no Leste, predominantemente arrendatários da suas habitações. Encontramos esta ligação da indústria caseira com a horticultura e agricultura, e, portanto, com habitação garantida, não só em todos os lugares onde a tecelagem manual luta ainda contra o tear mecânico, como no Baixo Reno e na Vestefália, nos Montes Metalíferos saxónicos e na Silésia, mas também em todos os lugares onde a indústria caseira de qualquer tipo se tenha imposto como indústria rural, como, por exemplo, na floresta da Turíngia e no Rhön. Por ocasião das negociações sobre o monopólio do tabaco evidenciou-se até que ponto a própria manufactura de charutos já é praticada como trabalho caseiro rural; e, onde surge qualquer calamidade entre os pequenos camponeses, como há alguns anos no Eifel¹¹, logo a imprensa burguesa grita pela introdução de uma indústria caseira adequada como único remédio. De facto, tanto a miséria crescente dos camponeses alemães das parcelas como a situação geral da indústria alemã pressionam no sentido de uma cada vez maior expansão da indústria caseira rural. Este é um fenómeno que é próprio da Alemanha. Só muito excepcionalmente encontramos algo de semelhante na França como, por exemplo, nas regiões da cultura da seda; na Inglaterra, onde não há pequenos camponeses, a indústria caseira rural assenta no trabalho das mulheres e filhos dos assalariados agrícolas à jorna; só na Irlanda vemos a indústria caseira da confecção de vestuário praticada, de modo semelhante ao da Alemanha, por verdadeiras famílias camponesas. Naturalmente, não falamos aqui da Rússia nem de outros países não representados no mercado industrial mundial.

Deste modo, existe hoje em vastas regiões da Alemanha uma situação industrial que, à primeira vista, se parece com a situação que predominava, em geral, antes da introdução da maquinaria. Porém, só à primeira vista. A indústria caseira rural de outrora, ligada à horticultura e agricultura, era, pelo menos nos países que avançavam industrialmente, a base de uma situação materialmente suportável e, por vezes, confortável da classe trabalhadora, mas também da sua nulidade espiritual e política. O produto feito à mão e os seus custos determinavam o preço de mercado e, dada a diminuta produtividade do trabalho, comparada com a de hoje, os mercados de escoamento cresciam em regra mais rapidamente que a oferta. Era o caso, por meados do século passado, da Inglaterra, e, em parte, da França, nomeadamente na indústria têxtil. Na Alemanha de então, que ainda mal se levantava de novo da devastação da Guerra dos Trinta Anos¹² nas circunstâncias mais desfavoráveis, a situação era, no entanto, totalmente diversa; a única indústria caseira que aqui trabalhava para o mercado mundial, a tecelagem de linho, era de tal modo oprimida com impostos e encargos feudais que não elevava o camponês tecelão acima do muito baixo nível do restante campesinato. Mas, de qualquer modo, o operário industrial rural tinha então uma certa segurança de existência.

Com a introdução da maquinaria, tudo isto se modificou. O preço passou a ser determinado pelo produto feito à máquina e, com este preço, desceu o salário do operário industrial caseiro. Mas o operário tinha de aceitá-lo ou procurar outro trabalho, e isso não lhe era possível sem se tornar proletário, isto é, sem renunciar à sua casinha, hortazinha e campozinho — próprios ou arrendados. E só em casos muito raros ele o queria. E assim a horticultura e agricultura dos antigos tecelões manuais rurais se tornaram na causa em virtude da qual a luta do tear manual contra o tear mecânico se prolongou tanto por toda a parte e na Alemanha ainda não terminou. Nesta luta revelou-se pela primeira vez, nomeadamente em Inglaterra, que a mesma circunstância que anteriormente fundamentara um relativo bem-estar dos operários — a posse pelo operário dos seus meios de produção — se tinha agora convertido para eles num obstáculo e num infortúnio. Na indústria, o tear mecânico eliminou o seu tear manual, no cultivo da terra, a grande agricultura eliminou a sua pequena exploração. Porém, enquanto em ambos os sectores da produção o trabalho associado de muitos e o emprego da maquinaria e da ciência se tornavam regra social, a sua casinha, hortazinha, campozinho, e o seu tear prendiam-no ao método ultrapassado da produção individual e do trabalho manual. A posse de casa e horta tinha agora muito menos valor do que a plena liberdade de movimentos. Nenhum operário fabril teria trocado a sua situação pela do tecelão manual rural, que, lenta mas seguramente, ia morrendo à fome. A Alemanha apareceu tardiamente no mercado mundial; a nossa grande indústria data dos anos quarenta, recebeu o seu primeiro impulso com a Revolução de 1848 e só conseguiu desenvolver-se completamente quando as revoluções de 1866 e 1870¹³ lhe haviam afastado do caminho pelo menos os piores obstáculos políticos. Mas encontrou o mercado mundial em grande parte ocupado. A Inglaterra fornecia os artigos de consumo maciço e a França os artigos de luxo de bom gosto. A Alemanha não podia vencer uns no preço e outros na qualidade. Assim, não lhe restou senão, no imediato, e de acordo com a via da produção alemã de até então, inserir-se no mercado mundial com artigos que eram demasiado insignificantes para os ingleses e de demasiado baixa qualidade para os franceses. A apreciada prática alemã da intrujice que consiste em enviar primeiro boas amostras e depois má mercadoria foi, de resto, pouco depois punida com dureza no mercado mundial e entrou consideravelmente em declínio; por outro lado, a concorrência da sobreprodução empurrou gradualmente até mesmo os sólidos ingleses para o plano inclinado da perda de qualidade, favorecendo assim os alemães, que neste campo são inexcedíveis. E deste modo lá conseguimos finalmente possuir uma grande indústria e desempenhar um papel no mercado mundial. Mas a nossa grande indústria trabalha quase exclusivamente para o mercado interno (excepto a indústria do ferro, que produz muito para além das necessidades internas) e o grosso da nossa exportação compõe-se de uma enorme quantidade de pequenos artigos que são eles próprios fabricados em grande parte pela indústria caseira rural e para os quais a grande indústria fornece, no máximo, os necessários produtos semiacabados.

E aqui se revela em todo o esplendor a «bênção» da posse de casa e campo próprios para o operário moderno. Em lado nenhum, quase nem mesmo na indústria caseira irlandesa, se pagam salários tão infamemente baixos como na indústria caseira alemã. Aquilo que a família produz na sua própria hortazinha ou campozinho é o que a concorrência permite ao capitalista descontar do preço da força de trabalho; os operários têm precisamente de aceitar qualquer salário estipulado [Akkordlohn], porque de contrário não recebem absolutamente nada e não podem viver apenas do produto do seu cultivo da terra; e porque, por outro lado, são precisamente esse cultivo e propriedade da terra que os amarram ao lugar, que os impedem de ir procurar outra ocupação. E é nisto que reside a razão que mantém a Alemanha capaz de concorrência no mercado mundial em toda uma série de pequenos artigos. **Todo o lucro do capital é extraído de um desconto do salário normal e toda a mais-valia pode ser oferecida ao comprador.** É este o segredo da espantosa barateza da maioria dos artigos de exportação alemães.

É esta circunstância, mais do que qualquer outra, que mantém os salários e o nível de vida dos operários na Alemanha abaixo dos países da Europa ocidental, mesmo em outros ramos da indústria. O peso morto destes preços do trabalho tradicionalmente mantidos muito abaixo do valor da força de trabalho faz também descer os salários dos operários das cidades e mesmo das grandes cidades abaixo do valor da força de trabalho, e isto tanto mais quanto é certo que também nas cidades a indústria caseira mal remunerada tomou o lugar do antigo artesanato e também aí fez descer o nível salarial geral. Vemos aqui claramente que o que numa etapa histórica anterior era a base de um relativo bem-estar dos operários — a ligação entre cultivo da terra e indústria, a propriedade de uma casa e horta e campo, a segurança da habitação, se torna hoje, com a dominação da grande indústria, não só na mais terrível cadeia para o operário mas também no maior infortúnio para toda a classe operária, na base de uma descida sem precedentes do salário abaixo do seu nível normal, e isto não só para regiões e ramos de negócio isolados mas também para todo o território nacional. Não admira que a grande e a pequena burguesia, que vivem e enriquecem à custa destes descontos anormais do salário, se entusiasmam pela indústria rural, por os operários possuírem casa, e que vejam na introdução de novas indústrias caseiras o único remédio santo para todas as calamidades rurais. Este é um dos lados da coisa; mas ela tem também o seu reverso. A indústria caseira tornou-se a ampla base do comércio de exportação alemão e, desse modo, de toda a grande indústria. Assim, ela estende-se por vastas regiões da Alemanha e continua a expandir-se diariamente. A ruína do pequeno camponês, inevitável a partir do momento em que o seu trabalho industrial caseiro para consumo próprio foi aniquilado pelo baixo preço do produto das confecções e das máquinas e em que o seu gado, e portanto a sua produção de estrume, foi aniquilada pela destruição do regime comarca, da marca comum¹⁴ e da obrigatoriedade de rotação das culturas — essa ruína arrasta forçosamente os pequenos camponeses caídos nas mãos do usurário para a moderna indústria caseira. Tal como na Irlanda com a renda do proprietário fundiário, na Alemanha os juros das hipotecas do usurário são pagos não com as colheitas da terra mas apenas com o salário do camponês industrial. Com a extensão da indústria caseira, porém, as regiões rurais são arrastadas, umas atrás das outras, para o movimento industrial do presente. É este revolucionamento operado pela indústria caseira nos distritos rurais que na Alemanha estende a revolução industrial por um território muito mais vasto do que na Inglaterra e na França. É o estágio relativamente baixo da nossa indústria que torna a sua ampla extensão tanto mais necessária. Isto explica que o movimento operário revolucionário tenha encontrado na Alemanha, em oposição à Inglaterra e à França, um alargamento tão poderoso na maior parte do país, em vez de se limitar exclusivamente a centros urbanos. E isto, por sua vez, explica o progresso calmo, seguro, imparável, do movimento. É evidente que na Alemanha um levantamento vitorioso na capital e nas outras grandes cidades só se tornará possível quando também a maioria das pequenas cidades e uma grande parte dos distritos rurais estiverem maduros para a mudança. Com um desenvolvimento mais ou menos normal, nunca estaremos na situação de obtermos vitórias operárias como as de Paris em 1848 e 1871¹⁵ nem também, precisamente por isso, na de sofrermos derrotas da capital revolucionária pela província reaccionária, como Paris sofreu em ambos os casos. Na França, o movimento partiu sempre da capital; na Alemanha, dos distritos da grande indústria, da manufactura e da indústria caseira; só mais tarde a capital foi conquistada. Por isso, talvez no futuro o papel da iniciativa continue reservado aos franceses; mas o combate decisivo só pode ser travado na Alemanha.

Mas esta indústria caseira e manufactura rurais, que, com a sua extensão, se tornaram o ramo decisivo da produção na Alemanha e que, desse modo, revolucionam cada vez mais o campesinato alemão não são elas próprias mais do que o estágio preliminar de um ulterior revolucionamento. Conforme já Marx demonstrou (*Capital*, I, 3^a ed., pp. 484-495¹⁶), também para elas, num dado estágio do desenvolvimento, soa a hora da decadência, devido à maquinaria e à empresa fabril. E essa hora parece estar próxima. Mas o aniquilamento da indústria caseira e da manufactura rurais

pela maquinaria e a empresa fabril significa na Alemanha aniquilamento da existência de milhões de produtores rurais, expropriação de quase metade do pequeno campesinato alemão, transformação não só da indústria caseira em empresa fabril mas também da exploração camponesa em grande agricultura capitalista e da pequena propriedade fundiária em grandes domínios [Herrengüter] — revolução industrial e agrícola em benefício do capital e da grande propriedade fundiária à custa dos camponeses. Se couber à Alemanha passar também por essa transformação ainda sob as antigas condições sociais, então essa transformação constituirá incondicionalmente o ponto de viragem. Se até então a classe operária não tiver tomado a iniciativa em nenhum outro país, será incondicionalmente a Alemanha a começar o ataque, e os filhos dos camponeses do «glorioso exército» ajudarão corajosamente.

E agora a utopia burguesa e pequeno-burguesa de pretender dar a cada operário a propriedade de uma casinha e, desse modo, amarrá-lo ao seu capitalista de forma semifeudal assume uma figura totalmente diversa. Como sua realização aparecem: a transformação de todos os pequenos proprietários de casa rurais em operários industriais caseiros; o aniquilamento do antigo isolamento e, portanto, da nulidade política dos pequenos camponeses, que são arrastados para o «turbilhão social»; o alargamento da revolução industrial à planície e, desse modo, a transformação da classe mais estável, mais conservadora da população num viveiro revolucionário; e, como conclusão de tudo isto, a expropriação dos camponeses industriais caseiros pela maquinaria, que os empurra com violência para a insurreição.

Podemos de bom grado deixar aos filantropos burgueses-socialistas o gozo privado do seu ideal tanto tempo quanto eles, na sua função pública como capitalistas, continuarem a realizá-lo nesta maneira invertida para benefício e proveito da revolução social.

London, 10 de Janeiro de 1887.

Friedrich Engels

Publicado no jornal Der Sozialdemokrat, n.os 3 e 4, de 15 e 22 de Janeiro de 1887, e no livro: F. Engels, Zur Wohnungsfrage, Hottingen-Zürich, 1887.

Publicado segundo o texto do livro.

Traduzido do alemão.

Primeira Secção

Como Resolve Proudhon a Questão da Habitação

No n.º 10 e seguintes do Volksstaat encontra-se uma série de seis artigos sobre a questão da habitação que só merecem atenção pela única razão de serem — exceptuando algumas literatices [Belletristereien] dos anos quarenta há muito desaparecidas — a primeira tentativa de transplantar a escola de Proudhon para a Alemanha. Há nisto um passo atrás tão inaudito face a todo o curso do desenvolvimento do socialismo alemão, o qual já há 25 anos deu o golpe decisivo¹⁷ precisamente nas concepções de Proudhon, que vale a pena fazer imediatamente frente a esta tentativa.

A chamada falta de habitação, que hoje em dia desempenha na imprensa um papel tão grande, não consiste no facto de a classe operária em geral viver em casas más, apinhadas e insalubres. **Esta** falta de habitação não é algo próprio do presente; ela não é sequer um dos sofrimentos próprios do moderno proletariado, face a todas as anteriores classes oprimidas; pelo contrário, ela atingiu de uma forma bastante parecida todas as classes oprimidas de todos os tempos. Para pôr fim a **esta** falta de habitação, há apenas **um** meio: eliminar a exploração e opressão da classe trabalhadora pela classe dominante. — Aquilo que hoje se entende por falta de habitação é o agravamento particular que as más condições de habitação dos operários sofreram devido à repentina afluência da população às grandes cidades; é o aumento colossal dos alugueres, uma concentração ainda maior dos inquilinos em cada casa e, para alguns, a impossibilidade de em geral encontrar um alojamento. E **esta** falta de habitação só dá tanto que falar porque não se limita à classe operária mas também atingiu a pequena burguesia.

A falta de habitação dos operários e de uma parte dos pequenos burgueses das nossas modernas grandes cidades é um dos inúmeros males **menores**, secundários, que resultam do modo de produção capitalista de hoje. Ela não é, de forma nenhuma, uma consequência directa da exploração do operário, **como** operário, pelo capitalista. Esta exploração é o mal fundamental que a revolução social quer abolir na medida em que abole o modo de produção capitalista. Mas a pedra angular do modo de produção capitalista é o facto de a nossa ordem social actual colocar o capitalista na situação de comprar a força de trabalho do operário pelo seu valor mas de lucrar com ela muito mais do que o seu valor, na medida em que faz o operário trabalhar mais tempo do que é preciso para a reprodução do preço pago pela força de trabalho. A mais-valia produzida desta forma é repartida pelo conjunto da classe dos capitalistas e proprietários fundiários, com os servidores a seu soldo, desde o Papa e o Imperador até ao guarda-nocturno e por aí abaixo. Não nos interessa aqui como se faz esta repartição; o certo é que todos aqueles que não trabalham só podem viver de bocados dessa mais-valia que de uma ou de outra maneira lhes vão parar às mãos. (Ver Marx, *O Capital*, onde este ponto foi pela primeira vez desenvolvido.)

A repartição pelas classes não trabalhadoras da mais-valia produzida pela classe operária e que lhe é arrancada sem retribuição processa-se entre querelas altamente edificantes e intrujices recíprocas; como esta repartição se processa por via da compra e da venda, uma das suas principais alavancas é o aldrabar do comprador pelo vendedor e, no comércio a retalho, nomeadamente nas grandes cidades, esse aldrabar tornou-se agora por completo uma condição vital para o vendedor. Mas quando o operário é defraudado pelo seu merceeiro ou padeiro no preço ou na qualidade da mercadoria, isso não lhe acontece na sua qualidade específica de operário. Pelo contrário, quando um certo grau médio de aldrabice se torna a regra social num lugar qualquer, essa aldrabice tem de encontrar, com o tempo, a sua compensação num aumento correspondente do salário. O operário aparece ao merceeiro como comprador, isto é, como possuidor de dinheiro ou crédito, e, por isso, de

forma nenhuma na sua qualidade de operário, isto é, como vendedor de força de trabalho. A aldrabice pode atingi-lo, tal como à classe mais pobre em geral, de forma mais dura do que às classes mais ricas da sociedade, mas não é um mal que o atinja em exclusivo, que seja próprio da sua classe.

Com a falta de habitação passa-se precisamente o mesmo. A expansão das grandes cidades modernas dá um valor artificial, colossalmente aumentado, ao solo em certas áreas, particularmente nas de localização central; os edifícios nelas construídos, em vez de aumentarem esse valor, fazem-no antes descer, pois já não correspondem às condições alteradas; são demolidos e substituídos por outros. Isto acontece antes de tudo com habitações operárias localizadas no centro, cujos alugueres nunca ou então só com extrema lentidão ultrapassam um certo máximo, mesmo que as casas estejam superpovoadas em extremo. Elas são demolidas e em seu lugar constroem-se lojas, armazéns, edifícios públicos. Por intermédio de Haussmann, o bonapartismo explorou da forma mais colossal esta tendência em Paris, para burla e enriquecimento privado; mas o espírito de Haussmann passeou também por Londres, Manchester, Liverpool, e em Berlim e Viena ele parece sentir-se igualmente em casa. O resultado é que os operários vão sendo empurrados do centro das cidades para os arredores, que as habitações operárias e as habitações pequenas em geral se vão tornando raras e caras e muitas vezes é mesmo impossível encontrá-las, pois nestas condições a indústria da construção, à qual as habitações mais caras oferecem um campo de especulação muito melhor, só excepcionalmente construirá habitações operárias.

Assim, esta falta de locações atinge o operário de uma forma seguramente mais dura do que qualquer classe abastada; mas, tal como a aldrabice de merceeiro, ela não constitui nenhum mal que oprima exclusivamente a classe operária e, na medida em que disser respeito à classe operária, terá de encontrar, ao atingir um certo grau e uma certa duração, igualmente uma certa compensação económica.

É sobretudo destes males comuns à classe operária e a outras classes, nomeadamente a pequena burguesia, que o socialismo pequeno-burguês, ao qual pertence também Proudhon, se ocupa com predilecção. E assim, não é de modo nenhum por acaso que o nosso proudhoniano alemão¹⁸ escolhe, antes de mais, a questão da habitação, que, como vimos, não é de forma nenhuma uma questão exclusivamente operária, e a declara, pelo contrário, uma questão verdadeira e exclusivamente operária.

«O operário assalariado está para o capitalista como o inquilino para o proprietário da casa.»

Isto é totalmente falso.

Na questão da habitação temos duas partes frente a frente: o inquilino e o senhorio ou o proprietário da casa. O primeiro quer comprar ao segundo o uso temporário de uma habitação; tem dinheiro ou crédito — mesmo que tenha de comprar este crédito ao próprio proprietário da casa, mais uma vez a um preço usurário como um suplemento ao aluguer. É uma simples venda de mercadoria; não é um negócio entre proletário e burguês, entre operário e capitalista; o inquilino — mesmo que seja operário — surge como um **homem de posses**, que precisa de já ter vendido a sua mercadoria própria, a força de trabalho, para poder aparecer, com a sua receita, como comprador do usufruto de uma habitação ou que tem de poder dar garantias da venda iminente dessa força de trabalho. Faltam aqui totalmente os resultados peculiares da venda da força de trabalho ao capitalista. O capitalista põe a força de trabalho comprada a produzir, em primeiro lugar, de novo o seu valor mas, em segundo lugar, uma mais-valia que, provisoriamente e sob reserva da sua repartição entre a classe dos capitalistas, fica nas suas mãos. Aqui, portanto, é produzido um valor excedente, é aumentada a soma total do valor existente. É totalmente diferente o que se passa com o negócio dos alugueres.

Por mais que o senhorio engane o inquilino, trata-se sempre apenas da transferência de um valor já **existente, produzido** antes, e a soma total dos valores possuídos **no conjunto** por inquilino e senhorio permanece a mesma que antes. O operário, quer o seu trabalho seja pago pelo capitalista abaixo, acima ou pelo seu valor, é sempre levado numa parte do produto do seu trabalho; o inquilino só o é se tiver de pagar a casa acima do seu valor. E, portanto, uma deturpação total da relação entre inquilino e senhorio querer equipará-la à que existe entre operário e capitalista. Trata-se, pelo contrário, de um negócio de mercadorias de todo habitual entre dois cidadãos, e este negócio processa-se segundo as leis económicas que regulam a venda de mercadorias em geral e a venda, em especial, da mercadoria: propriedade do solo. Primeiro são tomados em consideração os custos de construção e de manutenção da casa ou da parte de casa em questão; em segundo lugar vem o valor do terreno, condicionado pela situação mais ou menos favorável da casa; finalmente, o que decide é a posição momentânea da relação entre procura e oferta. Esta simples relação económica exprime-se na cabeça do nosso proudhoniano da forma seguinte:

*«A casa, uma vez construída, serve como **título jurídico eterno** sobre uma certa fracção do trabalho social, mesmo que o valor real da casa já há muito tenha sido mais do que suficientemente pago ao proprietário na forma de aluguer. Acontece assim que uma casa construída, p. ex., há 50 anos possa, durante esse tempo, com a receita do seu aluguer, cobrir duas, três, cinco, dez vezes, etc, o seu preço de custo original.»*

Temos aqui desde logo todo o Proudhon. Primeiro, esquece-se que o aluguer da casa tem não só de pagar os custos da construção mas também de cobrir as reparações e o valor médio de dívidas incobráveis, alugueres não pagos, bem como de eventuais períodos em que a habitação esteja vazia, e, finalmente, de pagarem amortizações anuais o capital investido na construção de uma casa que com o tempo se vai tornando inabitável e sem valor. Segundo, esquece-se que o aluguer da habitação tem igualmente de pagar o aumento do valor do terreno em que a casa está, isto é, que uma parte do aluguer consiste em renda fundiária. É certo que o nosso proudhoniano esclarece logo que esse aumento de valor, uma vez que se verifica sem intervenção do proprietário fundiário, por direito não lhe pertence a ele mas sim à sociedade; mas não repara que está, desse modo, a exigir, na realidade, a abolição da propriedade fundiária, ponto que, se analisado mais de perto, nos levaria muito longe. Finalmente, ele não repara que em todo este negócio não se trata de comprar ao proprietário a casa mas apenas o seu usufruto durante um determinado tempo. Proudhon, que nunca se preocupou com as condições reais, factuais, em que se processa qualquer fenómeno económico, também não pode, naturalmente, explicar como o preço de custo original de uma casa pode em certos casos ser pago dez vezes em cinquenta anos na figura de aluguer. Em vez de analisar economicamente esta questão nada difícil e de verificar se ela está realmente em contradição com as leis económicas, e de que modo, ele socorre-se de um salto ousado da economia para a juridice [Juristereí]: «a casa, uma vez construída, serve como **título jurídico eterno**» sobre um determinado pagamento anual. Como isto se verifica, **como se torna** a casa um título jurídico, acerca disso Proudhon cala-se. E, no entanto, é precisamente isso que Proudhon deveria ter esclarecido. Se o tivesse investigado, teria descoberto que nem todos os títulos jurídicos do mundo, mesmo que igualmente eternos, poderiam conferir a uma casa o poder de receber de volta o seu preço de custo dez vezes em cinquenta anos na figura de aluguer, mas que apenas condições económicas (que podem ser socialmente reconhecidas na figura de títulos jurídicos) podem produzir tal efeito. Desse modo, ele estava de novo tão longe como no início.

Toda a doutrina de Proudhon assenta neste salto de salvação que vai da realidade económica para a frase jurídica. O valente Proudhon, sempre que deixa escapar a conexão económica — e isto acontece nele com todas as questões sérias — refugia-se no campo do direito e apela para a **justiça eterna**.

«Proudhon vai buscar primeiro o seu ideal de justiça eterna às relações jurídicas correspondentes à produção mercantil, com o que — diga-se de passagem — é também fornecida a prova, tão consoladora para todos os pequeno-burgueses [Spiessbürger], de que a forma da produção mercantil é tão necessária como a justiça. Depois quer, ao invés, remodelar a verdadeira produção mercantil e o direito real que lhe corresponde de acordo com esse ideal. Que pensaríamos de um químico que, em vez de estudar as leis reais do metabolismo e de, com base nas mesmas, resolver determinadas tarefas, quisesse remodelar o metabolismo pelas "ideias eternas" da "naturalidade e do parentesco"? Será que se fica a saber mais acerca do usurário dizendo que ele contradiz a "justiça eterna" e a "equidade eterna" e a "reciprocidade eterna" e outras "verdades eternas", do que aquilo que os padres da Igreja sabiam quando diziam que ele contradizia a "misericórdia eterna", a "fé eterna" e a "eterna vontade de Deus"?» (Marx, *Capital*, p. 45.)¹⁹

O nosso proudhoniano²⁰ não anda muito melhor do que o seu senhor e mestre:

*«O contrato de arrendamento é uma das mil transacções que, na vida da sociedade moderna, são tão necessárias como a circulação do sangue no corpo dos animais. Seria naturalmente do interesse desta sociedade que todas estas transacções estivessem penetradas de uma **ideia de direito**, isto é, fossem por toda a parte realizadas segundo as rigorosas exigências da justiça. Numa palavra, a vida económica da sociedade tem de, como diz Proudhon, elevar-se à altura de um **direito económico**. Como se sabe, é precisamente o contrário que na verdade se verifica.»*

Será de acreditar que, cinco anos depois de Marx ter caracterizado o proudhonismo de forma tão concisa e certa precisamente sob este aspecto decisivo, seja possível mandar imprimir ainda coisas tão confusas em língua alemã? Que significa afinal este galimatias? Nada, a não ser que os efeitos práticos das leis económicas que regem a sociedade de hoje ferem o sentimento de direito do autor e que ele alimenta o piedoso desejo de que a coisa se possa compor de tal forma que isso tenha remédio. — Bem, se os sapos tivessem cauda, não seriam sapos! E não estará o modo de produção capitalista «penetrado por uma ideia do direito», nomeadamente a do seu próprio direito à exploração dos operários? E, se o autor nos diz que esta não é a **sua** ideia de direito, será que demos um passo em frente?

Mas voltemos à questão da habitação. O nosso proudhoniano dá agora livre curso à sua «ideia de direito» e faz a comovedora declamação seguinte:

«Não temos dúvidas em afirmar que não há escárnio mais terrível de toda a cultura do nosso famoso século do que o facto de, nas grandes cidades, 90 por cento ou mais da população não ter qualquer lugar a que possa chamar seu. O centro peculiar da existência moral e da família, casa e lar, é arrastado pelo turbilhão social... Neste aspecto, estamos muito abaixo dos selvagens. O troglodita tem a sua caverna, o australiano tem a sua cabana de barro, o índio tem o seu próprio lar — o proletário moderno está, de facto, suspenso no ar», etc.

Nesta jeremiada temos o proudhonismo em toda a sua figura reaccionária. Para criar a moderna classe revolucionária do proletariado era absolutamente necessário cortar o cordão umbilical que ainda ligava o operário do passado à terra. O tecelão manual, que, além do seu tear, tinha a sua casinha, hortazinha e campozinho, era, apesar de toda a miséria e de toda a opressão política, um homem tranquilo e satisfeito, «muito devoto e honrado», tirava o chapéu aos ricos, aos padres e aos funcionários do Estado e era, interiormente, um escravo de uma ponta a outra. Foi precisamente a grande indústria moderna, que faz do operário preso à terra um proletário *fora-da-lei*²¹,

completamente sem posses e liberto de todas as cadeias tradicionais, foi precisamente essa revolução económica que criou as condições sob as quais somente a exploração da classe trabalhadora na sua forma última, na produção capitalista, pode ser derrubada. E vem agora este choroso proudhoniano lamentar-se, como se fosse um grande retrocesso, da expulsão do operário da sua casa e lar, que foi precisamente a condição primeiríssima da sua emancipação espiritual.

Há 27 anos descrevi (*Situação das Classes Trabalhadoras na Inglaterra*) nos seus traços principais precisamente este processo de expulsão dos operários da casa e do lar tal como se completou no século XVIII em Inglaterra. As infâmias cometidas nesse processo pelos proprietários fundiários e fabricantes, os efeitos material e moralmente desvantajosos que essa expulsão necessariamente teve, no imediato, nos operários afectados estão também devidamente apresentados nessa obra. Mas poderia eu lembrar-me de ver nesse processo de desenvolvimento histórico, absolutamente necessário naquelas circunstâncias, um retrocesso «para trás dos selvagens»? Impossível. O proletário inglês de 1872 está infinitamente acima do tecelão rural com «casa e lar» de 1772. E será que o troglodita, com a sua caverna, o australiano, com a sua cabana de barro, o índio, com o seu lar próprio, alguma vez farão uma insurreição de Junho²² e uma Comuna de Paris?

Só o burguês é que duvida de que, desde a introdução da produção capitalista em grande escala, no todo a situação dos operários se tornou materialmente pior. Mas deveremos, por causa disso, olhar para trás com saudade para as panelas de carne (também muito magras) do Egipto²³, para a pequena indústria rural, que só criou almas de servos, ou para os «selvagens»? Pelo contrário. Só o proletariado criado pela grande indústria moderna, libertado de todas as cadeias herdadas, incluindo as que o amarravam à terra, e reunido nas grandes cidades é capaz de realizar a grande transformação social que porá fim a toda a exploração de classe e a todo o domínio de classe. Os antigos tecelões manuais rurais com casa e lar nunca seriam capazes disso, nunca teriam podido conceber tal ideia e ainda menos teriam podido querer a sua realização.

Para Proudhon, em contrapartida, toda a revolução industrial dos últimos cem anos, o vapor, a grande produção fabril, que substitui o trabalho manual pelas máquinas e multiplica por mil a força de produção do trabalho, representam um acontecimento extremamente contrariador, algo que, propriamente, não deveria ter acontecido. O pequeno burguês Proudhon exige um mundo em que cada um fabrique um produto à parte, autónomo, imediatamente consumível ou trocável no mercado; se então cada um recuperar em outro produto o valor completo do seu trabalho, isso será suficiente para satisfazer a «justiça eterna» e fabricar o melhor dos mundos. Mas este melhor dos mundos de Proudhon foi logo calcado no embrião pelo pé do desenvolvimento progressivo da indústria, que há muito destruiu o trabalho individual em todos os grandes ramos da indústria e o destrói cada vez mais nos ramos menores, mesmo reduzidos, substituindo-o pelo trabalho social, apoiado em máquinas e nas forças dominadas da natureza e cujo produto acabado, imediatamente trocável ou consumível, é a obra comum de muitos indivíduos por cujas mãos ele teve de passar. E foi precisamente por meio desta revolução industrial que a força de produção do trabalho humano atingiu um nível tal que, com uma divisão racional do trabalho entre todos, existe a possibilidade — pela primeira vez desde que existem homens — não só de produzir o suficiente para um consumo bastante por todos os membros da sociedade e para um fundo de reserva abundante mas também para permitir a cada indivíduo ócios suficientes para que aquilo que, na cultura transmitida historicamente — ciência, arte, formas de convivência social, etc. —, merece verdadeiramente ser mantido, não só seja mantido mas também transformado e aperfeiçoado, deixando de ser monopólio da classe dominante e passando a ser bem comum de toda a sociedade. E aqui reside o ponto

decisivo. Logo após a força de produção do trabalho humano se ter desenvolvido a este nível, desaparece todo o pretexto para a existência de uma classe dominante. É que a razão última com que se defendeu a diferença de classes foi sempre a de que tem de haver uma classe que não precise de cansar-se com a produção da sua subsistência diária, a fim de ter tempo de se ocupar do trabalho espiritual da sociedade. A raiz destes disparates, que tiveram até agora a sua grande justificação histórica, foi cortada de uma vez por todas pela revolução industrial dos últimos cem anos. A existência de uma classe dominante torna-se diariamente um obstáculo maior para o desenvolvimento da força produtiva industrial, bem como para o da ciência, da arte e, nomeadamente, das formas cultas de convivência! Nunca houve maiores labregos do que os nossos burgueses modernos.

Nada disto interessa o amigo Proudhon. Ele quer a «justiça eterna» e nada mais. Cada um deve receber, em troca do seu produto, todo o rendimento do trabalho, o valor completo do seu trabalho. Calculá-lo, porém, num produto da indústria moderna é coisa complicada. A indústria moderna oculta precisamente a parte particular de cada um no produto global, parte que, no antigo trabalho manual individual, se apresentava de forma evidente no produto fabricado. Além disso, a indústria moderna elimina cada vez mais a troca individual, sobre a qual está construído todo o sistema de Proudhon, nomeadamente, a troca directa entre dois produtores cada um dos quais troca o produto do outro para o consumir. Por isso, todo o proudhonismo é atravessado por um traço reaccionário, uma aversão contra a revolução industrial, e, manifestando-se ora mais aberta ora mais ocultamente, pelo desejo de deitar fora toda a indústria moderna, máquinas a vapor, máquinas de fiar e outros embustes e de regressar ao velho, sólido, trabalho manual. Que percamos então novecentos e noventa e nove milésimos da força de produção, que toda a humanidade seja condenada à pior escravidão do trabalho, que a fome se torne regra universal — que importa isso, se conseguirmos organizar a troca de tal forma que cada um receba o «rendimento completo do trabalho» e se realize a «justiça eterna»? *Fiat justitia, pereat mundus!*

Faça-se justiça,
nem que o mundo pereça!

E o mundo pereceria mesmo com esta contra-revolução de Proudhon, se ela fosse em geral realizável.

Aliás, é evidente que mesmo na produção social, condicionada pela grande indústria moderna, se pode assegurar a cada um «o rendimento completo do seu trabalho», na medida em que esta frase tenha um sentido. E ela só tem um sentido se for alargada ao ponto de não ser cada operário isolado a tornar-se possuidor desse «rendimento completo do seu trabalho», mas sim de ser toda a sociedade, constituída unicamente por operários, a possuidora do produto global do seu trabalho, produto que ela em parte distribui para consumo entre os seus membros, em parte utiliza para substituição e aumento dos seus meios de produção e em parte acumula como fundo de reserva da produção e consumo.

Depois do que foi dito podemos já saber antecipadamente a forma como o nosso proudhoniano resolverá a grande questão da habitação. Por um lado, temos a reivindicação de que cada operário tem de ter uma habitação própria, que lhe pertença, para não estarmos mais tempo **abaixo dos selvagens**. Por outro lado, temos a garantia de que o pagamento do custo original de uma casa duas, três, cinco ou dez vezes, na figura de aluguer, tal como de facto se verifica, assenta num **título jurídico** e que este título jurídico se encontra em contradição com a «**justiça eterna**». A solução é fácil: abolimos o título jurídico e, em virtude da justiça eterna, declaramos o aluguer pago como uma amortização do preço da própria habitação. Quando se estabelecem pressupostos que já contêm em si a conclusão, naturalmente que já não é então necessária mais habilidade do que a que qualquer charlatão possui para tirar do saco o resultado previamente preparado e gabar-se da lógica inabalável da qual ele é produto.

É assim que aqui acontece. A abolição das casas de aluguer é proclamada como necessidade, nomeadamente sob a figura de se exigir a transformação de cada inquilino em proprietário da sua habitação. Como se faz isto? É muito simples:

«A casa de aluguer é abolida... O valor da casa é pago ao seu actual proprietário até ao último centavo. Em vez de, como até aqui, o aluguer pago representar o tributo que o inquilino paga ao eterno direito do capital, em vez disso a soma exactamente regulamentada paga pelo inquilino torna-se, a partir do dia em que é proclamada a abolição das casas de aluguer, na amortização anual da habitação que transitou para a sua posse... A sociedade... transforma-se por esta via num conjunto de livres e independentes proprietários de habitações.»

O proudhoniano²⁴ vê um crime contra a justiça eterna no facto de o proprietário da casa poder, sem trabalho, arrecadar renda fundiária e juros a partir do seu capital investido na casa; decreta que isso tem de acabar; que o capital investido em casas não deve proporcionar mais nenhum juro e na medida em que representa propriedade fundiária adquirida também não deve proporcionar qualquer renda fundiária. Mas já vimos que o modo de produção capitalista, base da sociedade actual, não é absolutamente nada afectado com isso. O eixo à volta do qual gira a exploração do operário é a venda da força de trabalho ao capitalista e o uso que o capitalista faz deste negócio, na medida em que obriga o operário a produzir muito mais do que o valor pago pela força de trabalho. E este negócio entre capitalista e operário que produz toda a mais-valia que depois se reparte na figura de renda fundiária, lucro comercial, juro do capital, impostos, etc, pelas diversas categorias de capitalistas e seus servidores. E vem o nosso proudhoniano e crê que se daria um passo em frente se se proibisse **a uma única categoria** de capitalistas — e nomeadamente de capitalistas que não comprem directamente qualquer força de trabalho, isto é, que não levam também à produção de mais-valia — de realizar lucros ou juros! A massa de trabalho não pago arrancado à classe operária permaneceria exactamente igual mesmo que amanhã se retirasse aos proprietários de casas a possibilidade de cobrarem renda fundiária e juros, o que não impede o nosso proudhoniano de declarar:

*«A abolição das casas de aluguer é uma das **aspirações mais fecundas e grandiosas**, nasce do seio da ideia revolucionária e tem de tornar-se uma **reivindicação de primeira ordem** por parte da democracia social.»*

Exactamente a mesma charlatanice do próprio mestre Proudhon, cujo cacarejar está também sempre na razão inversa do tamanho dos ovos postos.

Imaginar agora a bela situação que teríamos se cada operário, pequeno burguês e burguês fosse obrigado a tornar-se, por meio de amortizações anuais, primeiro proprietário parcial e depois total da sua habitação! Nos distritos industriais da Inglaterra onde há grande indústria mas pequenas casas de operários e cada operário casado habita uma casinha só para si, a coisa ainda poderia ter sentido. Mas a pequena indústria de Paris, bem como da maioria das grandes cidades do continente, é complementada por grandes casas em que vivem juntas dez, vinte, trinta famílias. No dia do decreto libertador do mundo que proclama a abolição das casas de aluguer, Pedro trabalha numa fábrica de máquinas em Berlim. Ao cabo de um ano ele é proprietário, digamos, de um quinze avos da sua habitação composta por um quarto situado num quinto andar próximo da Porta de Hamburgo. Ele perde o seu trabalho e encontra-se pouco depois numa habitação semelhante, com brilhantes vistas para o pátio, no terceiro andar, junto a Pothof, em Hannover, onde, ao fim de uma estada de cinco meses, adquiriu exactamente 1/36 da propriedade, quando uma greve o empurra para Munique e o obriga, após onze meses de permanência, a possuir exactamente 11/180 do direito de propriedade de uma construção bastante escura, ao nível do chão, por trás da Ober-Angergasse. Outras mudanças, como hoje tão frequentemente acontece aos operários, se lhe vêm acrescentar: 7/360 de uma não menos recomendável habitação em St. Gallen, 23/180 de uma outra em Leeds e 347/56223, calculados com exactidão, para que a «justiça eterna» não se possa queixar, de uma terceira em Seraing. Mas que recebe então o nosso Pedro de todas estas partes de habitações? Quem lhe dá o valor correcto por elas? Onde vai ele descobrir o ou os proprietários das partes restantes das suas diferentes antigas habitações? E quais serão as relações de propriedade de uma qualquer grande casa que no conjunto dos seus pisos tem, digamos, vinte habitações e que, depois de decorrido o período de amortização e de terem sido abolidas as casas de aluguer, pertence talvez a trezentos proprietários parciais espalhados por todas as regiões do mundo? O nosso proudhoniano responderá que até lá existirá o Banco de Troca de Proudhon que a cada momento pagará a cada um por qualquer produto do trabalho o rendimento completo do trabalho e, portanto, também o valor completo de uma parte de habitação. Mas, primeiro, o Banco de Troca de Proudhon não nos importa aqui absolutamente nada, uma vez que não aparece mencionado em parte nenhuma sequer dos artigos sobre a questão da habitação; segundo, ele assenta no estranho erro de pensar que alguém que queira vender uma mercadoria encontra sempre necessariamente um comprador pelo seu valor completo e, terceiro, antes de Proudhon o descobrir, faliu já por mais de uma vez em Inglaterra sob o nome de *Labour Exchange Bazaar*²⁵.

Toda a concepção de que o operário deve **comprar** a sua habitação assenta por sua vez na reaccionária visão fundamental de Proudhon já assinalada de que as situações criadas pela grande indústria moderna são excrescências doentes e que a sociedade tem de ser levada pela força — isto é, contra a corrente que segue há cem anos — a uma situação em que o antigo e estável trabalho manual do produtor individual seja a regra, e que não é, em geral, mais do que uma reprodução idealizada da pequena empresa, já arruinada e que continua a arruinar-se. Só quando os operários estiverem de novo lançados nessa estável situação, só quando o «turbilhão social» tiver sido eliminado para bem, é que o operário poderá naturalmente fazer também de novo uso da propriedade da «casa e lar» e a teoria da amortização atrás indicada parecerá menos absurda. Só que Proudhon esquece que, para realizar isto, tem primeiro de fazer o relógio da história mundial andar para trás cem anos e que, desse modo, tornaria os operários de hoje de novo em almas de escravos tão limitadas, rastejantes e hipócritas como o foram os seus tetravôs. Na medida em que nesta solução de Proudhon para a questão da habitação reside um conteúdo racional, praticamente realizável, ela já está hoje em dia a ser realizada e essa realização não nasce «do seio da ideia revolucionária», mas... da própria grande burguesia. Ouçamos a este respeito uma excelente folha espanhola, *La Emancipación*²⁶, de Madrid, de 16 de Março de 1872:

«Há ainda um outro meio de resolver o problema da habitação, que foi proposto por Proudhon e que, à primeira vista, deslumbra mas que, com um exame mais de perto, revela a sua total impotência. Proudhon propôs que os inquilinos se transformassem em compradores a prestações, de modo que o aluguer pago anualmente fosse contado como amortização do valor da habitação e o inquilino, após o decurso de um certo tempo, se tornasse proprietário dessa habitação. Este meio, que Proudhon considerava muito revolucionário, está a ser posto em acção em todos os países por sociedades de especuladores que desta forma, por meio do aumento do preço das rendas, fazem pagar duas a três vezes o valor das casas. O senhor Dollfus e outros grandes fabricantes do Nordeste da França realizaram este sistema não só para sacar dinheiro mas também, além disso, com uma intenção política oculta.

«Os dirigentes mais inteligentes das classes dominantes sempre orientaram os seus esforços no sentido de aumentarem o número dos pequenos proprietários com o fim de criarem um exército contra o proletariado. As revoluções burguesas do século passado dividiram a grande propriedade fundiária da nobreza e da igreja em pequena propriedade de parcelas - como hoje os republicanos espanhóis querem fazer com a grande propriedade ainda existente -, e criaram assim uma classe de pequenos proprietários de terra que desde então se tornou no mais reaccionário elemento da sociedade e num obstáculo constante ao movimento revolucionário do proletariado urbano. Napoleão III tentou criar nas cidades uma classe semelhante pela diminuição do montante individual dos títulos de dívida pública, e o senhor Dollfus e os seus colegas, vendendo aos seus operários pequenas habitações a pagar em prestações anuais, procuravam abafar todo o espírito revolucionário nos operários e, simultaneamente, por meio da propriedade da terra, amarrá-los à fábrica em que uma vez trabalhassem; de modo que o plano de Proudhon não só não trouxe qualquer alívio à classe operária - como se voltou mesmo directamente contra ela.»²⁷

Como resolver então a questão da habitação? Exactamente como se resolve qualquer outra questão social na sociedade de hoje: pelo equilíbrio económico gradual entre procura e oferta, solução que reproduz constantemente a questão e que, portanto, não é solução. Como uma revolução social pode resolver esta questão não depende apenas das circunstâncias de cada caso, mas também, conjuntamente, das questões muito mais profundas, entre as quais a superação da oposição entre cidade e campo é uma das mais essenciais. Como não temos de fazer nenhuns sistemas utópicos para organização da sociedade do futuro, seria mais do que ocioso entrar nesse assunto. É, porém, certo que já hoje existem nas grandes cidades edifícios suficientes para, com uma utilização racional dos mesmos, se remediar de imediato toda a «falta de habitação» real. Isto só pode, naturalmente, acontecer por meio da expropriação dos actuais proprietários ou pelo alojamento nos seus prédios de operários que não têm casa ou que têm até aqui vivido apertados nas suas habitações, e, logo que o proletariado tenha conquistado o poder político, esta medida, imposta pelo bem público, será tão fácil de executar como o são hoje outras expropriações e acantonamentos pelo actual Estado.

O nosso proudhoniano²⁸, porém, não está satisfeito com os seus resultados até agora na questão da habitação. Tem de elevá-la da Terra chã à região do socialismo superior, para que ela também aí demonstre ser uma «fracção» essencial «da questão social».

*«Suponhamos agora que a produtividade do capital é agarrada realmente pelos cornos, tal como mais cedo ou mais tarde tem de acontecer; através, por exemplo, de uma lei de transição que **fixe o juro de todos os capitais em um por cento**, com a tendência, note-se, de aproximar esta percentagem cada vez mais do ponto zero de tal modo que finalmente nada mais se pague do que o **trabalho necessário à rotação do capital**. Como todos os outros produtos, também a casa e a habitação estão naturalmente abrangidas no quadro dessa lei... O proprietário será ele próprio o primeiro a estender a mão à venda, pois de outro modo a sua casa ficaria não utilizada e o capital nela investido ficaria simplesmente inútil.»*

Esta proposição contém um dos principais artigos de fé do catecismo proudhoniano e dá um exemplo marcante da confusão nele dominante.

A «produtividade do capital» é um absurdo que Proudhon toma sem exame dos economistas burgueses. É certo que os economistas burgueses começam também com a proposição de que o trabalho é a fonte de toda a riqueza e a medida do valor de todas as mercadorias; mas teriam também de explicar como é que o capitalista, que adiante capital num negócio industrial ou de artesanato, recupera no fim desse negócio não só o capital que adiantou mas também, para além disso, ainda um lucro. Teriam, portanto, de enredar-se em toda a espécie de contradições e atribuir também ao capital uma certa produtividade. Nada prova melhor quão profundamente Proudhon está ainda preso no modo de pensar burguês do que o facto de ele se ter apropriado deste modo de falar da produtividade do capital. Vimos logo no início que a chamada «produtividade do capital» nada mais é do que a qualidade que lhe está ligada (nas relações sociais de hoje, sem as quais não haveria nenhum capital) de poder apropriar-se do trabalho não pago dos trabalhadores assalariados.

Mas Proudhon distingue-se dos economistas burgueses pelo facto de não aprovar esta «produtividade do capital» mas, pelo contrário, por nela descobrir uma violação da «justiça eterna». É ela que impede o operário de receber o produto completo do seu trabalho. Tem, portanto, de ser abolida. E como? Baixando, por meio de leis coercivas, a **taxa de juro** e reduzindo-a, finalmente, a zero. Então, segundo o nosso proudhoniano, o capital deixará de ser produtivo.

O juro do capital-**dinheiro** emprestado é apenas uma parte do lucro; o lucro, seja do capital industrial seja do capital comercial, é apenas uma parte da mais-valia extraída na figura de trabalho não pago à classe operária pela classe dos capitalistas. As leis económicas que regem a taxa de juro são tão independentes das que regem a taxa de mais-valia quanto o podem ser entre si leis de uma e mesma forma de sociedade. No que respeita, porém, à repartição desta mais-valia entre os capitalistas individuais, é claro que para os industriais e comerciantes que têm nas suas empresas muito capital adiantado por outros capitalistas a taxa do seu lucro tem de subir na mesma medida em que a taxa de juro cai se todas as outras circunstâncias permanecerem iguais. A descida e, finalmente, a abolição da taxa de juro não agarraria, portanto, de forma nenhuma, a chamada «produtividade do capital» realmente «pelos cornos», antes regularia apenas de forma diferente a repartição entre os capitalistas individuais da mais-valia não paga extraída à classe operária e não asseguraria uma vantagem ao operário face ao capitalista industrial mas sim ao capitalista industrial face ao *rentier*²⁹.

Do seu ponto de vista jurídico, Proudhon não explica a taxa de juro, como todos os factos económicos, através das condições da produção social, mas através de leis do Estado nas quais essas condições recebem uma expressão geral. A partir deste ponto de vista, a que falta toda a noção da conexão das leis do Estado com as condições de produção da sociedade, essas leis do Estado aparecem necessariamente como ordens puramente arbitrárias que podem a qualquer momento ser substituídas pelo seu contrário directo. Portanto, para Proudhon nada é mais fácil do que fazer um decreto — desde que tenha poder para isso — através do qual se baixa a taxa de juro para uma determinada percentagem. E, se todas as outras circunstâncias sociais permanecerem tal como eram, então este decreto de Proudhon só existirá mesmo no papel. A taxa de juro continuará a regular-se pelas leis económicas a que está hoje sujeita, apesar de todos os decretos; as pessoas solventes continuarão, conforme as circunstâncias, a aceitar dinheiro a 2, 3, 4 e mais por cento, tal como anteriormente, e a única diferença será que os *rentiers* tomarão as suas precauções, só adiantando dinheiro às pessoas das quais não será de esperar nenhum processo. Refira-se que este grande plano de tirar ao capital a sua «produtividade» é arquivado, tão velho como as **leis sobre a usura**, que apenas visam limitar a taxa de juro, e que agora estão abolidas em toda a parte, porque na prática eram sempre violadas ou contornadas e o Estado foi obrigado a reconhecer a sua impotência perante as leis da produção social. E é a reintrodução destas leis medievais e inaplicáveis que deve «agarrar pelos cornos a produtividade do capital»? Vê-se que, quanto mais de perto analisarmos o proudhonismo tanto mais reaccionário ele aparece.

E quando, então, a taxa de juro for deste modo reduzida a zero, e, portanto, o juro do capital for abolido, então não se «paga nada mais do que o trabalho necessário à rotação do capital». Isto deve significar que a abolição da taxa de juro equivale à abolição do lucro e mesmo da mais-valia. Mas, se fosse **realmente** possível abolir o juro por decreto, qual seria a consequência? Que a classe dos *rentiers* não teria mais qualquer motivo para emprestar o seu capital na figura de adiantamentos, mas antes para investi-lo por sua conta industrialmente ou em sociedades por acções. A massa da mais-valia retirada à classe operária pela classe dos capitalistas permaneceria a mesma, só a sua repartição se alteraria, e mesmo esta não significativamente.

De facto, o nosso proudhoniano não repara que já agora, na venda de mercadorias na sociedade burguesa, não se paga, em média, mais do que «o trabalho necessário à rotação do capital» (quer dizer, para a produção de uma mercadoria determinada). O trabalho é a medida do valor de todas as mercadorias e, na sociedade actual — se abstrairmos das oscilações do mercado —, é puramente impossível pagar-se pelas mercadorias, na média total, mais do que o trabalho necessário ao seu fabrico. Não, não, caro proudhoniano, o busílis está totalmente alhures, está em que «o trabalho necessário à rotação do capital» (para usar o seu confuso modo de expressão) precisamente **não é completamente pago!** Pode ler em Marx (*Capital*, pp. 128-160³⁰) como isto se processa.

Mas isto não chega. Quando o juro do **capital** [Kapitalzins] é abolido, fica desse modo abolido também o **aluguer** [Mietzins]³¹. Porque «como todos os outros produtos, também a casa e a habitação estão naturalmente abrangidas no quadro dessa lei». Isto vai totalmente no espírito do velho major que mandou chamar um dos seus soldados com um ano de serviço:

«Diga lá, ouvi dizer que é doutor, por isso venha de vez em quando a minha casa: quando se tem uma mulher e sete filhos, há sempre qualquer coisa para remendar.»

O soldado: «Mas desculpe, senhor major, eu sou doutor em Filosofia.»

O major: «Para mim é totalmente igual, um carnicheiro é um carnicheiro.»

O mesmo se passa com o nosso proudhoniano: aluguer [Mietzins] ou juro do capital [Kapitalzins], é para ele totalmente igual, juro é juro, um carneiro é um carneiro. Vimos atrás que o preço do aluguer [Mietpreis], vulgo aluguer [Mietzins], compõe-se: 1.º - de uma parte de renda fundiária; 2.º - de uma parte de juro do capital de construção, incluindo o lucro do construtor; 3.º - de uma parte para custos de reparação e seguros; 4.º - de uma parte que deduz (amortiza) o capital de construção, incluindo o lucro, em prestações anuais em proporção com a deterioração gradual da casa.

E agora tem de ficar claro mesmo para o mais cego que:

«O proprietário será ele próprio o primeiro a estender a mão à venda, pois de outro modo a sua casa ficaria não utilizada e o capital nela investido ficaria simplesmente inútil.»

Naturalmente. Quando se abole o juro sobre o capital emprestado, nenhum proprietário de casas pode já receber mais um centavo de aluguer pela sua casa, pelo simples facto de que ao aluguer [Miete] se pode também chamar **juro** de aluguer [Mietzins] e porque o juro de aluguer encerra uma parte que é, realmente, juro do capital. Um carneiro é um carneiro. Se as leis sobre a usura, no que respeita ao juro do capital habitual, puderam ser tornadas ineficazes apenas contornadas, então elas nunca afectaram, nem de longe, a taxa do aluguer da casa. Estava reservado a Proudhon imaginar que a sua nova lei sobre a usura aboliria e regularia gradualmente, só por si, não só o simples juro do capital mas também o complicado aluguer [Mietzins] das habitações. Por que razão se deve então comprar ainda ao proprietário, por bom dinheiro, a sua «simplesmente inútil» casa e porque é quer nestas circunstâncias, o proprietário não dá ainda dinheiro para se livrar dessa casa «simplesmente inútil», para não ter de aplicar nela mais nenhuns custos de reparação — sobre isso deixam-nos às escuras.

Depois desta triunfal realização no campo do socialismo superior (supra-socialismo, como lhe chamou o mestre Proudhon) o nosso proudhoniano considera-se autorizado a voar ainda algo mais alto.

«Agora já só se trata de tirar ainda algumas conclusões para, de todos os lados, se fazer plena luz sobre o nosso tão significativo assunto.»

E quais são essas conclusões? Coisas que resultam tão pouco do que foi dito atrás como a falta de valor das casas de habitação resulta da abolição da taxa de juro e que, despojadas do modo de falar pomposo e solene do nosso autor, nada mais significam a não ser que para uma melhor liquidação do resgate das casas de aluguer é desejável: 1. uma estatística exacta sobre o assunto, 2. uma boa polícia sanitária e 3. cooperativas de operários da construção civil que possam empreender a nova construção de casas — tudo coisas que certamente são muito belas e boas mas que, apesar de todos os disfarces com frases de charlatão, não trazem absolutamente nenhuma «plena luz» às trevas da confusão mental de Proudhon.

Quem realizou algo de tão grandioso tem agora também o direito de dirigir aos operários alemães uma séria advertência:

*«Estas e outras questões semelhantes são plenamente dignas, parece-nos, da atenção da democracia social... Possa ela procurar esclarecer-se, tal como aqui acerca da questão da habitação, também acerca de outras questões igualmente importantes, como o **crédito**, a **dívida pública**, as **dívidas privadas**, os **impostos**, etc», etc.*

O nosso proudhoniano coloca-nos aqui, portanto, perante toda uma série de artigos sobre «questões semelhantes» em perspectiva, e, se ele as tratar a todas tão pormenorizadamente como o presente «tão significativo assunto», então o *Volksstaat* terá manuscritos suficientes para um ano. Podemos, porém, antecipar-nos a isso, pois tudo irá dar ao que já foi dito: o juro do capital é abolido, e desse modo desaparece o juro a pagar pela dívida pública e pelas dívidas privadas, o crédito fica sem encargos, etc. A mesma palavra mágica aplica-se a todos os assuntos que se queira, obtendo-se em cada caso, com uma lógica implacável, o espantoso resultado de que, quando o juro do capital é abolido, já não se tem de pagar quaisquer juros por dinheiro recebido por empréstimo.

De resto, é com belas questões que o nosso proudhoniano nos ameaça: **crédito!** De que crédito precisa o operário além do crédito de uma semana para a outra ou do crédito da casa de penhores? Quer ele lhe seja concedido sem encargos ou com juros, mesmo que juros usurários da casa de penhores, que diferença lhe faz? E se ele, considerado no geral, tirasse daí alguma vantagem, isto é, se os custos de produção da força de trabalho se tornassem mais baratos, não teria de baixar o preço da força de trabalho? Porém, para o burguês, e especialmente para o pequeno burguês, para eles, o crédito é uma questão importante e especialmente para o pequeno burguês seria uma bela coisa poder obter crédito a todo o momento e, além disso, sem pagamento de juros. «Dívida pública!» A classe operária sabe que não foi ela que a fez e, quando chegar ao poder, deixará o respectivo pagamento a cargo de quem a contraiu. — «Dívidas privadas!» — ver crédito. «Impostos!» Coisas que interessam muito à burguesia mas só muito pouco aos operários: aquilo que o operário paga de impostos é com o tempo incluído nos custos de produção da força de trabalho e tem, portanto, de ser também reembolsado pelo capitalista. Todos estes pontos, que aqui nos são apresentados como questões de alta importância para a classe operária, só têm na realidade interesse essencial para o burguês e mais ainda para o pequeno burguês, e nós afirmamos, apesar de Proudhon, que a classe operária não tem qualquer vocação para tomar a cargo os interesses destas classes.

Acerca da grande questão que diz realmente respeito aos operários, acerca da relação entre capitalista e operário assalariado, acerca da questão de como é que o capitalista pode enriquecer com o trabalho dos seus operários, o nosso proudhoniano não diz palavra. Sem dúvida que o seu senhor e mestre se ocupou disso, mas não lhe trouxe absolutamente nenhuma luz e nem mesmo nos seus últimos escritos está, no essencial, mais avançado do que na *Philosophie de la misère* (*Filosofia da Miséria*) que Marx já em 1847 reduzira de forma tão marcante a toda a sua nulidade³².

É bastante mau que os operários de línguas românicas não tenham tido desde há vinte e cinco anos quase nenhum outro alimento espiritual socialista senão os escritos deste «socialista do segundo Império»; seria uma dupla infelicidade que a teoria proudhoniana ainda devesse inundar agora também a Alemanha. Mas disto já estamos precavidos. O ponto de vista teórico dos operários alemães está cinquenta anos à frente do proudhoniano, e bastará tomar como exemplo esta **única** questão da habitação para serem poupados ulteriores esforços a este respeito.

Segunda Secção

Como Resolve a Burguesia a Questão da Habitação

I

Na secção acerca da solução **proudhoniana** para a questão da habitação mostrou-se quanto a pequena burguesia está directamente interessada nesta questão. Mas também a grande burguesia tem nela um interesse muito significativo, ainda que indirecto. As modernas ciências da natureza demonstraram que os chamados «bairros maus» onde os operários estão apinhados são os focos de todas as epidemias que de tempos a tempos afligem as nossas cidades. A cólera, o tifo e a febre tifóide, a varíola e outras doenças devastadoras espalham os seus germes no ar pestilento e na água contaminada destes bairros operários. Quase nunca de lá desaparecem, desenvolvendo-se, logo que as circunstâncias o permitem, em grandes epidemias e, ultrapassando então os seus focos, vão atingir também as partes da cidade mais arejadas e sadias habitadas pelos senhores capitalistas. A dominação dos capitalistas não pode permitir-se impunemente o prazer de gerar doenças epidémicas entre a classe operária; as suas consequências recaem também sobre eles próprios e o anjo exterminador desencadeia a sua fúria entre os capitalistas de forma tão brutal como entre os operários.

A partir do momento em que isto ficou comprovado cientificamente, os humanitários burgueses inflamaram-se numa nobre emulação a favor da saúde dos seus operários. Fundaram-se sociedades, escreveram-se livros, surgiram propostas, foram debatidas e decretadas leis para acabar com as fontes das epidemias, que sempre regressam. Foram investigadas as condições de habitação dos operários e feitas tentativas para remediar os males mais gritantes. Nomeadamente em Inglaterra, onde se situava a maioria das grandes cidades e onde, portanto, o fogo com mais violência pressionava os grandes burgueses, foi desenvolvida uma grande actividade. Foram nomeadas comissões governamentais para investigar as condições sanitárias das classes trabalhadoras; os seus relatórios, que, pela sua exactidão, carácter completo e imparcialidade, distinguindo-se honrosamente de todas as fontes continentais, serviram de base a novas leis mais ou menos incisivamente interventoras. Por mais imperfeitas que estas leis sejam, ultrapassam infinitamente tudo o que até agora aconteceu no continente neste sentido. E, apesar disso, a ordem capitalista da sociedade engendra sempre de novo os males de cuja cura se trata, com tal necessidade que mesmo em Inglaterra a cura mal avançou um único passo.

A Alemanha precisou, como habitualmente, de um período muito mais longo até que também aqui os focos de epidemias crónicas se desenvolvessem até àquele nível de agudeza que era necessário para sacudir a grande burguesia sonolenta. No entanto, devagar se vai ao longe, e assim surgiu também finalmente entre nós uma literatura burguesa sobre a saúde pública e a questão da habitação: um extracto aguado dos seus predecessores estrangeiros, nomeadamente ingleses, ao qual com frases sonantes e solenes se dá a aparência de uma concepção superior. A essa literatura pertence: Dr. Emil Sax, *As Condições de Habitação das Classes Trabalhadoras e a Sua Reforma*, Viena, 1869

Para expor o tratamento burguês da questão da habitação, escolho este livro apenas porque ele faz a tentativa de resumir o mais possível a literatura burguesa sobre o assunto. E que rica literatura, a que serve de «fonte» ao nosso autor! Dos relatórios parlamentares ingleses, as verdadeiras fontes principais, apenas três dos mais antigos são citados com indicação do título; o livro inteiro prova que o autor **nunca olhou nem sequer para um deles**; em contrapartida, é-nos apresentada toda

uma série de escritos banalmente burgueses, bem-intencionadamente pequeno-burguese e hipocritamente filantrópicos: Ducpétiaux, Roberts, Hole, Huber, as actas dos congressos ingleses de ciências sociais (ou, antes, de disparates sociais), a revista da Associação para o Bem-Estar das Classes Trabalhadoras da Prússia, o relatório oficial austríaco acerca da Exposição Universal de Paris, os relatórios oficiais bonapartistas sobre a mesma, o *Notícias Ilustradas de Londres*³³, a *Über Land und Meer*³⁴ e, finalmente, uma «autoridade reconhecida», um homem de «concepções penetrantes e práticas», de «convincente acuidade de fala», a saber: **Julius Faucher!** Nesta lista de fontes faltam apenas a *Gartenlaube*³⁵, o *Kladderadatsch*³⁶ e o Fuzileiro Kutschke³⁷.

Para que não surja qualquer mal-entendido acerca do seu ponto de vista, o senhor Sax esclarece na página 22:

«Designamos por economia social a doutrina da economia nacional na sua aplicação às questões sociais ou, mais precisamente, o conjunto dos meios e vias que esta ciência nos oferece para, com base nas suas leis "de bronze" dentro do quadro da ordem da sociedade presentemente dominante, elevar as chamadas» (!) «classes não possuidoras ao nível das possuidoras.»

Não vamos entrar na representação confusa de que a «doutrina da economia nacional» ou economia política se ocupa, em geral, de questões diferentes das «sociais». Vamos direitos ao ponto principal. O Dr. Sax exige que as «leis de bronze» da economia burguesa, o «quadro da ordem da sociedade presentemente dominante», por outras palavras, o modo de produção capitalista, deve manter-se inalterado, e que contudo as «chamadas classes não possuidoras» devem ser elevadas «ao nível das possuidoras». Ora, um pressuposto inevitável do modo de produção capitalista é que não existe uma chamada classe não possuidora mas uma classe realmente não possuidora, que não tem precisamente nada que vender a não ser a sua força de trabalho e que, por isso, é também obrigada a vender essa força de trabalho aos capitalistas industriais. A tarefa da nova ciência inventada pelo senhor Sax, a economia social, consiste, portanto, em encontrar os meios e vias para, no interior de uma situação social fundada na oposição entre, por um lado, capitalistas, proprietários de todas as matérias-primas, instrumentos de produção e meios de vida e, por outro lado, operários assalariados não possuidores, que só têm de seu a sua força de trabalho e nada mais; no interior desta situação social, todos os operários assalariados possam ser transformados em capitalistas sem deixarem de ser operários assalariados. O senhor Sax julga ter resolvido esta questão. Talvez tenha a bondade de nos mostrar como se pode transformar em marechais-de-campo todos os soldados do exército francês, cada um dos quais traz, desde o tempo do velho Napoleão, na mochila o seu bastão de marechal, sem que deixem de ser soldados comuns. Ou como se consegue converter todos os 40 milhões de súbditos do Império Alemão em imperadores alemães.

A essência do socialismo burguês é querer manter a base de todos os males da sociedade actual e, ao mesmo tempo, abolir esses males. Os socialistas burgueses querem, conforme já diz o *Manifesto Comunista*, «remediar os males sociais para assegurar a existência da sociedade burguesa», querem **«a burguesia sem o proletariado»**. Vimos que é exactamente assim que o senhor Sax coloca a questão. Encontra a sua solução na solução da questão da habitação. Ele é de opinião que

«pela melhoria das habitações das classes trabalhadoras poder-se-ia remediar com êxito a miséria física e espiritual atrás descrita e, desse modo — por meio de uma profunda melhoria das

condições de habitação unicamente —, elevar a maior parte dessas classes do pântano da sua existência, que muitas vezes mal chega a ser humana, às puras alturas do bem-estar material e espiritual». (Página 14.)

Diga-se de passagem que é do interesse da burguesia encobrir a existência de um proletariado criado pelas relações de produção burguesas e condicionante da sua manutenção. Assim, o senhor Sax conta-nos, página 21, que por classes trabalhadoras se devem entender, além dos operários propriamente ditos, todas «as classes sociais desprovidas de meios», «gente modesta em geral, tal como artesãos, viúvas, pensionistas» (!), «funcionários subalternos, etc». O socialismo burguês estende a mão ao socialismo pequeno-burguês. Mas de onde vem a falta de habitações? Como surgiu ela? Como bom burguês, o senhor Sax não pode saber que ela é um produto necessário da forma burguesa de sociedade; que não pode existir sem falta de habitação uma sociedade em que a grande massa trabalhadora depende exclusivamente de um salário, ou seja, da soma de meios de vida necessária à sua existência e reprodução; na qual novos melhoramentos da maquinaria, etc, deixam continuamente sem trabalho massas de operários; na qual violentas oscilações industriais, que regularmente retornam, condicionam, por um lado, a existência de um numeroso exército de reserva de operários desocupados e, por outro lado, empurram temporariamente para a rua, sem trabalho, a grande massa dos operários; na qual os operários são maciçamente concentrados nas grandes cidades a um ritmo mais rápido que o do aparecimento de casas para si nas condições existentes, na qual, portanto, se têm sempre de encontrar inquilinos mesmo para os mais infames chiqueiros; na qual, finalmente, o proprietário da casa, na sua qualidade de capitalista, tem não só o direito mas também, em virtude da concorrência, de certo modo o dever de extrair da sua propriedade os preços de aluguer máximos, sem atender a nada. Numa sociedade assim, a falta de habitação não é nenhum acaso, é uma instituição necessária e, juntamente com as suas repercussões sobre a saúde, etc, só poderá ser eliminada quando toda a ordem social de que resulta for revolucionada pela base. O socialismo burguês, porém, não pode saber isto. Não **ousa** explicar a falta de habitação a partir das condições. Assim, não lhe resta qualquer outro meio senão explicá-la com frases morais a partir da maldade dos homens ou, por assim dizer, do pecado original.

«E aqui não podemos ignorar — e, conseqüentemente, não podemos negar» (audaz conclusão!) — «que a culpa... é, por um lado, dos próprios operários, daqueles que desejam casa, e, por outro lado, de resto muito maior, daqueles que assumem a responsabilidade de satisfazer essa necessidade ou que, embora disponham dos meios necessários, não a assumem, as classes sociais superiores, possuidoras. Da parte dos últimos, a culpa consiste no facto de não cuidarem por uma oferta suficiente de boas habitações.»

Tal como Proudhon nos remete da economia para a jurisdice, assim também o nosso socialista burguês nos remete aqui da economia para a moral. E nada é mais natural. Quem declara intocável o modo de produção capitalista, as «leis de bronze» da sociedade burguesa actual, e no entanto quer abolir as suas conseqüências desagradáveis mas necessárias, nada mais lhe resta do que fazer prédicas morais aos capitalistas, prédicas morais cujo efeito sentimental de pronto se evapora de novo por acção do interesse privado e, se necessário, da concorrência. Estas prédicas morais parecem-se exactamente com as que a galinha faz da borda do lago para os patinhos que ela chocou e que nele nadam divertidos. Os patinhos atiram-se para a água mesmo sem tábua e os capitalistas precipitam-se para o lucro apesar de este não ter sentimentos. «Em questões de dinheiro não há lugar para sentimentalidade», já dizia o velho Hansemann, que conhecia melhor isso que o senhor Sax.

«As boas habitações têm um preço tão alto que, para a maior parte dos operários, é de todo impossível fazer uso delas. O grande capital... contém-se receosamente quanto às habitações para as classes trabalhadoras... Assim, estas classes, com as suas necessidades de habitação, ficam, na sua maioria, sujeitas à especulação.»

Abominável especulação — o grande capital, naturalmente, nunca especula! Mas não é a má vontade e só a ignorância que impede o grande capital de especular em casas operárias:

*«Os proprietários de casas não sabem de modo nenhum como é grande e importante o papel desempenhado por uma satisfação normal da necessidade de habitação, ... **eles não sabem o que fazem às pessoas quando, como é de regra, tão irresponsavelmente lhes oferecem casas más e nocivas, e, finalmente, não sabem como com isso se prejudicam a si próprios.**» (Página 27.)*

Mas, para poder produzir a falta de habitação, a ignorância dos capitalistas necessita da ignorância dos operários. Depois de concordar que as «camadas inferiores» dos operários, «para não ficarem totalmente sem tecto, se vêem obrigadas» (!), «seja onde e como quer que seja, a procurar um lugar para pernoitar e, nesse aspecto, estão completamente sem defesa nem ajuda», o senhor Sax conta-nos:

*«Pois é um facto conhecido de todos que muitos de entre eles» (os operários), «por leviandade, mas sobretudo por ignorância, privam o seu corpo — quase se poderia dizer que com virtuosismo — das condições de desenvolvimento natural e de existência sã, na medida em que **não fazem a mínima ideia** de uma higiene racional e, especialmente, da enorme importância que nisto cabe à habitação.» (Página 27.)*

Mas aqui aparecem as orelhas de burro do burguês. Enquanto a «culpa» dos capitalistas se volatiliza na ignorância, a ignorância dos operários é precisamente o motivo da sua culpa. Escutemos:

*«Acontece assim» (nomeadamente devido à ignorância) «que eles, desde que poupem alguma coisa no aluguer, vão para habitações sombrias, húmidas, insuficientes, em resumo, um verdadeiro escárnio de todas as exigências da higiene, ... que frequentemente várias famílias alugam em conjunto uma única casa e, mesmo, um único quarto — tudo para gastarem o menos possível com a habitação, enquanto dissipam o seu rendimento na **bebida e em toda a espécie de prazeres fúteis, de um modo verdadeiramente pecaminoso.**»*

O dinheiro que os operários «desperdiçam em aguardente e tabaco» (página 28) e a «vida de taberna, com todas as suas lamentáveis consequências, que, como um peso de chumbo, afundam o operariado cada vez mais na lama» são, de facto, para o senhor Sax como um peso de chumbo no estômago. O que o senhor Sax ousa de novo não saber é que, nas condições dadas, a bebida é, entre os operários, um produto necessário da sua situação, tão necessário como o tifo, o crime, os parasitas, os oficiais de diligências e outras doenças sociais, tão necessário que se pode calcular antecipadamente o número médio das futuras vítimas da bebida. De resto, já o meu velho professor da escola primária dizia: «A gente ordinária vai para a taberna e a gente fina para o clube» e, como eu já estive nos dois sítios, posso testemunhar a correcção destas palavras.

Todo aquele palavreado acerca da «ignorância» de ambas as partes vai dar aos velhos discursos sobre a harmonia de interesses entre o capital e o trabalho. Se os capitalistas conhecessem o seu verdadeiro interesse, forneceriam aos operários boas habitações e em geral melhorá-las-iam; e se os operários entendessem o seu verdadeiro interesse, não fariam greves, não praticariam a social-democracia, não se meteriam em política, antes seguiriam obedientemente os seus superiores, os capitalistas. Infelizmente, ambas as partes consideram seus interesses coisas muito diferentes dos sermões do senhor Sax e dos seus numerosos predecessores. O evangelho da harmonia entre capital e trabalho já anda a ser pregado há cinquenta anos; a filantropia burguesa gastou muito dinheiro para provar essa harmonia através de instituições-modelo; e, como veremos à frente, estamos hoje exactamente no mesmo ponto que há cinquenta anos.

O nosso autor passa agora para a solução prática da questão. Quão pouco revolucionária era a proposta de Proudhon de fazer dos operários **proprietários** das suas habitações depreende-se desde logo do facto de o socialismo burguês já antes dele ter tentado e tentar ainda praticamente realizar esta proposta. O senhor Sax também declara que a questão da habitação só pode resolver-se completamente por meio da transmissão da propriedade da habitação para os operários (pp. 58 e 59). Mais ainda, com este pensamento ele cai num êxtase poético e arranca, num ímpeto de entusiasmo, para as palavras seguintes:

*«Há algo de peculiar na ânsia de propriedade de terra que existe no homem, um impulso que nem mesmo a **vida mercantil** do presente, com o seu **pulsar febril**, conseguiu debilitar. É o sentimento inconsciente do significado da conquista económica representada pela propriedade de terra. Com ela, o homem obtém um apoio seguro, como que ficando solidamente enraizado no solo, e toda a economia» (!) «tem nela a sua base mais duradoura. No entanto, as bênçãos da propriedade de terra vão muito para além destas vantagens materiais. Quem é suficientemente feliz para possuí-la **alcançou o grau supremo pensável de independência económica**; «tem um território no qual pode pôr e dispor **de forma soberana**, é **senhor de si próprio**, tem um certo poder e uma **reserva segura** para os tempos de adversidade; cresce a sua autoconsciência e, com ela, a sua força moral. Daí o profundo significado da propriedade na presente questão... O operário, hoje exposto indefeso às contingências da conjuntura, na dependência constante do dador de trabalho³⁸, libertar-se-ia, graças à propriedade, dessa precária situação, num certo grau; **tornar-se-ia capitalista** e estaria seguro contra os perigos do desemprego ou da incapacidade de trabalhar, em virtude do crédito real³⁹ que para ele estaria sempre aberto. **Seria desse modo elevado da classe não possuidora à classe dos possuidores.**» (Página 63.)*

O senhor Sax parece pressupor que o homem é essencialmente camponês, se não não atribuiria aos operários das nossas grandes cidades uma ânsia pela propriedade de terra que, de resto, ninguém descobriu neles. Para os nossos operários das grandes cidades, a primeira condição de vida é a liberdade de movimento, e a propriedade de terra só pode ser para eles uma prisão. Arranjai casas que lhes pertençam, predeí-os de novo à gleba — e quebrareis a sua resistência à diminuição dos salários por parte dos fabricantes. O operário isolado pode, ocasionalmente, ter oportunidade de vender a sua casinha, mas, no caso de uma greve séria ou de uma crise geral da indústria, todas as casas pertencentes aos operários afectados teriam de ser postas à venda no mercado, não encontrando, portanto, qualquer comprador, ou tendo de ser vendidas muito abaixo do preço de custo. E, se todas encontrassem comprador, então toda a grande reforma habitacional do senhor Sax se teria de novo desfeito em nada e ele poderia voltar de novo ao princípio. No entanto, os poetas vivem no mundo da imaginação e assim vive também o senhor Sax, que imagina que o proprietário de terra «alcançou o grau supremo pensável de independência económica», que tem «uma reserva segura», que «**tornar-se-ia capitalista** e estaria seguro contra os perigos do desemprego ou da incapacidade de trabalhar, em virtude do crédito real que para ele estaria sempre aberto», etc. O senhor Sax deveria observar bem os pequenos camponeses franceses ou os nossos pequenos camponeses renanos, as suas casas e campos estão sobrecarregados de hipotecas, as suas colheitas pertencem aos credores antes de serem apanhadas e no seu «território» não são eles mas sim os usurários, os advogados e os oficiais de diligências que põem e dispõem de forma soberana. Este é, de facto, o grau supremo pensável de independência económica — para os usurários! E, para que os operários possam colocar a sua casinha tão depressa quanto possível debaixo dessa soberania do usurário, o bem-intencionado senhor Sax indica-lhes, como precaução, o **crédito real** que está à sua disposição e que podem utilizar em caso de desemprego e de incapacidade para o trabalho, em vez de viverem à custa da assistência aos pobres.

De qualquer modo, o senhor Sax resolveu entretanto a questão colocada de início: o operário «**torna-se capitalista**» por aquisição de uma casinha própria.

Capital é comando sobre trabalho alheio não pago. Portanto, a casinha do operário só se torna capital quando ele a aluga a um terceiro e se apropria, sob a figura de aluguer, de uma parte do produto do trabalho desse terceiro. Precisamente pelo facto de ele próprio habitar a casa é que esta não pode transformar-se em capital, tal como uma saia deixa de ser capital no preciso momento em que a compro à modista e a visto. O operário que possui uma casinha no valor de mil táleres já não é, de facto, um proletário, mas é preciso ser-se senhor Sax para lhe chamar capitalista.

O traço capitalista [Kapitalistentum] do nosso operário tem, no entanto, ainda um outro lado. Suponhamos que numa dada zona industrial se tinha tornado regra cada operário possuir a sua própria casinha. Neste caso, **a classe operária dessa região tem habitação gratuita**; os gastos com a habitação já não entram no valor da sua força de trabalho. Toda a diminuição dos custos de produção da força de trabalho, isto é, todo o abaixamento duradouro dos preços das necessidades vitais do operário, equivale, porém, «com base nas leis de bronze da doutrina da economia nacional», a uma redução do valor da força de trabalho e, por esse motivo, acaba por ter como consequência uma queda correspondente no salário. O salário desceria, portanto, em média, tanto como a quantia poupada na média dos alugueres, isto é, o operário pagaria o aluguer da sua própria casa, não em dinheiro, como anteriormente, mas sim em trabalho não pago pelo fabricante para quem trabalha. Deste modo, as economias do operário investidas na casinha tornar-se-iam, de facto, em certa medida, em capital; porém, não em capital para ele mas sim para o capitalista que o emprega.

O senhor Sax não consegue, portanto, nem sequer no papel transformar o seu operário em capitalista.

Note-se de passagem que o que atrás foi dito se aplica a todas as chamadas reformas sociais que conduzem à poupança ou ao embaretecimento dos meios de vida do operário. Ou elas se tornam gerais e então segue-se-lhes a correspondente diminuição salarial, ou não passam de experiências totalmente isoladas e então a sua mera existência como excepção isolada prova que a sua realização em grande escala é incompatível com o modo de produção capitalista existente. Suponhamos que numa região se conseguia, por meio da introdução geral de associações de consumo, tornar os meios de vida dos operários mais baratos 20 por cento; nesse caso, os salários dessa região teriam, a longo prazo, de baixar em cerca de 20 por cento, i. e., na mesma proporção em que os meios de vida em questão entram no orçamento dos operários. Se o operário gasta, p. ex., em média, três quartos do seu salário semanal nesses meios de vida, os salários acabarão por cair em $3/4 \times 20 = 15$ por cento. Em suma: logo que uma semelhante reforma de poupança se torna geral, o operário recebe um menor salário na mesma proporção em que as suas economias lhe permitem viver mais barato. Dai a **cada** operário um rendimento independente, poupado, de 52 táleres e o seu salário semanal acabará necessariamente por baixar um táler. Portanto, quanto mais poupa menos salário recebe. Ele não poupa, pois, no seu próprio interesse mas sim no do capitalista. Que mais é necessário para nele «estimular da forma mais poderosa a primeira virtude económica, o sentido da poupança»? (P. 64.)

De resto, o senhor Sax diz-nos também logo a seguir que os operários devem tornar-se proprietários de casas não tanto no seu próprio interesse mas no dos capitalistas:

«Não é só o estado operário [Arbeiterstand] mas também a sociedade no seu todo que tem o maior interesse em ver o maior número possível dos seus membros ligados» (!) «ao solo» (eu gostava de um dia ver o senhor Sax nesta postura) «... Todas as forças secretas que inflamam o vulcão chamado questão social e que arde debaixo dos nossos pés, o azedume do proletariado, o ódio... as perigosas confusões de ideias... necessariamente se dissiparão como a névoa diante do sol matinal quando... os próprios operários passarem, por essa via, para a classe dos possuidores.» (P. 65.)

Por outras palavras: o senhor Sax espera que, com uma mudança da sua posição proletária, que ocorreria necessariamente com a aquisição de casa, os operários percam também o seu carácter proletário e se tornem de novo servos obedientes, tal como os seus antepassados que eram igualmente proprietários de casas. Os proudhonianos deveriam ter isto em mente.

O senhor Sax crê ter resolvido a questão social da maneira seguinte:

«A repartição mais justa dos bens, o enigma da esfinge, cuja solução já muitos tentaram em vão encontrar, não estará agora diante de nós como facto tangível, não terá sido desse modo arrancada às regiões dos ideais e passado para o domínio da realidade? E, quando estiver realizada, não se terá desse modo alcançado um dos objectivos supremos que mesmo os socialistas de orientação mais extrema apresentam como ponto culminante das suas teorias?» (P. 66.)

É uma verdadeira felicidade termos conseguido chegar até este ponto. E que este grito de júbilo constitui nomeadamente o «ponto culminante» do livro de Sax, e a partir daqui começa-se de novo a descer suavemente, das «regiões dos ideais» para a chã realidade, e quando chegarmos abaixo, descobriremos que nada, mas absolutamente nada, se modificou durante a nossa ausência.

O nosso guia manda-nos dar o primeiro passo da descida ensinando-nos que há dois sistemas de habitações operárias: o sistema de *cottage*, em que cada família operária tem a sua própria casinha e, onde possível, uma hortazinha, como em Inglaterra, e o sistema de caserna, com grandes edifícios contendo muitas habitações operárias, como em Paris, Viena, etc. Entre os dois situar-se-ia o sistema corrente no Norte da Alemanha. É certo que o sistema de *cottage* seria o único correcto e o **único** em que o operário poderia adquirir a propriedade da sua casa; e que também o sistema de caserna teria grandes desvantagens para a saúde, a moralidade e a paz doméstica, mas, infelizmente, nas grandes cidades, o sistema de *cottage* estaria precisamente nos centros da falta de habitação, sendo impraticável por causa do encarecimento dos terrenos. Poderíamos dar-nos por felizes se aí, em vez de grandes casernas, se construíssem casas com 4 a 6 habitações ou se remediássem as principais insuficiências do sistema de caserna por meio de toda a espécie de artificios de construção. (Pp. 71-92.)

Não é verdade que já descemos um bom bocado? A transformação dos operários em capitalistas, a solução da questão social, a casa própria pertencente a cada operário — tudo isto ficou lá em cima nas «regiões dos ideais»; nós já só temos de nos ocupar da introdução do sistema de *cottage* no campo e de organizar as casernas operárias nas cidades de forma tão suportável quando possível.

Portanto, a solução burguesa da questão da habitação, confessadamente, falhou — e falhou na **oposição entre cidade e campo**. E aqui chegamos ao cerne da questão. A questão da habitação só poderá resolver-se quando a sociedade estiver suficientemente revolucionada para empreender a superação da oposição entre cidade e campo levada ao extremo na sociedade capitalista actual. A sociedade capitalista, longe de poder superar esta oposição, tem, pelo contrário, de agudizá-la cada dia mais. Em contrapartida, já os primeiros socialistas utópicos modernos, Owen e Fourier, o compreenderam correctamente. Nos seus edifícios-modelo já não existe a oposição entre cidade e campo. Verifica-se, portanto, o contrário daquilo que afirma o senhor Sax: a solução da questão da habitação não soluciona simultaneamente a questão social mas só através da solução da questão social, i. e., da abolição do modo de produção capitalista, se torna simultaneamente possível a solução da questão da habitação. Querer resolver a questão da habitação e, ao mesmo tempo, manter as grandes cidades modernas é um contra-senso. As grandes cidades modernas só serão eliminadas, porém, com a abolição do modo de produção capitalista e, quando essa abolição estiver em marcha, tratar-se-á de coisas totalmente diferentes do que arranjar para cada operário uma casinha própria que lhe pertence.

Antes de mais, porém, cada revolução social terá de tomar as coisas tal como as encontra e de remediar os males mais gritantes com os meios existentes. E a esse respeito já vimos que a **falta** de habitação pode ser de pronto remediada pela expropriação de uma parte das habitações de luxo pertencentes às classes possuidoras e pelo acantonamento da restante parte.

E nada muda na questão quando o senhor Sax, prosseguindo, volta a sair das grandes cidades e fala com todos os pormenores acerca das colónias de operários que deverão ser instaladas **perto** das grandes cidades ou quando descreve todas as belezas de tais colónias, com a sua «água canalizada, iluminação a gás, aquecimento central por água ou vapor, lavadouros, secadouros, balneários, etc.» comuns, com um «estabelecimento para tomar conta das crianças pequenas, escola, sala de oração» (!), «quarto de leitura, biblioteca... restaurante e cervejaria, sala de baile e de música com toda a distinção», com a força do vapor levada a todas as casas e podendo assim, «em certa medida, transferir de novo a produção das fábricas para a oficina doméstica». A colónia, como ele a descreve, foi retirada directamente pelo senhor Huber dos socialistas Owen e Fourier e totalmente aburguesada pelo despojamento de tudo o que tinha de socialista. É precisamente por isso que ela se torna completamente utópica. Nenhum capitalista tem interesse em construir tais colónias, que, além disso, também não existem em parte nenhuma do mundo, salvo em Guise, na França; e esta foi construída por um fourierista, não como especulação rendível mas como experiência socialista⁴⁰. O senhor Sax teria igualmente podido citar, em favor dos seus projectos burgueses, a colónia comunista *Harmony Hall*⁴¹ fundada em Hampshire no início dos anos quarenta por Owen e que desapareceu há muito tempo.

Assim, todo este palavreado acerca da colonização não passa de uma desajeitada tentativa de subir de novo até às «regiões dos ideais», tentativa que de pronto é de novo deixada cair. Vamos então retomar a descida, em passo rápido. A solução mais simples é agora a de «que os dadores de trabalho, os donos das fábricas, ajudem os operários a arranjar as correspondentes habitações, seja construindo-as eles próprios seja estimulando e apoiando os operários a participarem na construção, pondo terrenos à sua disposição, avançando com capital, etc.» (P. 106.)

Deste modo estamos de novo fora das grandes cidades, onde de nada disto se pode sequer falar, e regressados ao campo. O senhor Sax demonstra agora que aqui é do interesse dos próprios fabricantes ajudar os seus operários a conseguir habitações suportáveis, por um lado como boa aplicação de capital, por outro porque daí resulta infalivelmente uma

*«elevação dos operários... que tem de trazer consigo um aumento da sua força de trabalho física e espiritual, o que naturalmente... não favorece menos... o dador de trabalho. Mas deste modo fica também dado o ponto de vista correcto para a participação dos últimos na questão da habitação: ela aparece como emanção da **associação latente**, da preocupação, escondida na maioria das vezes sob a capa de esforços humanitários, que os dadores de trabalho sentem pelo bem-estar físico e económico, espiritual e moral dos seus operários, preocupação que se compensa a si mesma pecuniariamente através dos seus êxitos, recrutamento e conservação de um operariado diligente, hábil, dócil, satisfeito e **devotado**.» (P. 108.)*

A frase «associação latente»⁴², com a qual Huber tentou emprestar um «sentido mais elevado» aos seus disparates filantrópico-burgueses, nada altera à questão. Os grandes fabricantes rurais, sobretudo em Inglaterra, compreenderam há muito tempo, mesmo sem esta frase, que a construção de habitações operárias é não só uma necessidade, uma peça da própria fábrica, mas que também rende muito. Na Inglaterra surgiram deste modo aldeias inteiras, algumas das quais se desenvolveram mais tarde como cidades. Mas os operários, em vez de estarem agradecidos aos capitalistas filantropos, têm desde então posto significativas objecções a este «sistema de *cottage*». Não só porque têm de pagar pelas casas preços de monopólio, em virtude de os fabricantes não terem concorrentes, mas também porque ficam imediatamente sem tecto no caso de qualquer greve, pois o fabricante pode pô-los na rua quando quiser, tornando assim mais difícil qualquer resistência. Os pormenores podem ser lidos na minha obra *Situação das Classes Trabalhadoras na Inglaterra*, pp. 224 e 228. Mas o senhor Sax acha que tais coisas «quase nem merecem resposta» (p. 111). Mas não quer ele assegurar a cada operário a propriedade da sua casinha? Certamente que sim, mas, como «os dadores de trabalho têm de estar na situação de sempre dispor da habitação, para terem espaço para o substituto quando despedem um operário» — bem, mas então, teria de «se prever para esses casos, **mediante acordo, a revogabilidade da propriedade**»] (P. 113.)⁴³

Desta vez descemos com inesperada rapidez. Primeiro diz-se: propriedade do operário da sua casinha; depois verificamos que isso é impossível nas cidades e só realizável no campo; agora é-nos explicado que também no campo esta propriedade deve ser «**revogável mediante acordo**»! Com esta nova espécie de propriedade para os operários descoberta pelo senhor Sax, com esta sua transformação em capitalistas «revogáveis mediante acordo», chegamos de novo, felizmente, a terra chã e temos de investigar aqui aquilo que os capitalistas e outros filantropos **realmente** fizeram com vista à solução da questão da habitação.

II

A acreditarmos no nosso Dr. Sax, da parte dos senhores capitalistas já foram feitas coisas muito significativas para remediar a falta de habitação e fornecida a prova de que a questão da habitação se pode resolver na base do modo de produção capitalista.

O senhor Sax cita-nos antes de mais... a França bonapartista! Como se sabe, Louis Bonaparte nomeou, no tempo da Exposição Universal de Paris, uma comissão, aparentemente para fazer um relatório acerca da situação das classes trabalhadoras de França mas na realidade para descrever essa situação como verdadeiramente paradisíaca, para maior glória do Império. E é no relatório **dessa** comissão, composta a partir dos instrumentos mais corruptos do bonapartismo, que se baseia o senhor Sax, especialmente em virtude de os resultados do seu trabalho serem «bastante completos para a França, segundo as **próprias declarações** do comité dele encarregado»! E quais são esses resultados? De 89 grandes industriais ou sociedades por acções que forneceram dados, 31 não construíram **nenhumas** habitações operárias; as habitações construídas albergam, segundo os

cálculos do próprio Sax, no máximo 50 000 — 60 000 pessoas e as habitações compõem-se quase exclusivamente de apenas duas divisões para cada família!

É evidente que qualquer capitalista amarrado a uma determinada localidade rural pelas condições da sua indústria — força hidráulica, situação das minas de carvão, depósitos de minério de ferro e outras minas — tem de construir habitações para os seus operários, se não houver nenhuma. Mas para ver nisso uma prova da existência da «associação latente», «um testemunho revelador de um aumento de compreensão das coisas e do seu elevado alcance», um «começo muito promissor» (p. 115), é preciso ter um hábito fortemente desenvolvido de se enganar a si próprio. De resto, os industriais dos diferentes países também neste ponto se distinguem segundo o respectivo carácter nacional. Assim, p. ex., o senhor Sax conta-nos na p. 117:

«**Na Inglaterra só nos tempos mais recentes** se faz notar um aumento da actividade dos dadores de trabalho nesta direcção. Designadamente nas povoações do campo mais afastadas... A circunstância de os operários terem, pelo contrário, de percorrer frequentemente desde a localidade mais próxima um longo caminho até à fábrica e de, chegando a ela já esgotados, produzirem um trabalho insuficiente é a **razão** motriz **que leva** os dadores de trabalho **à construção** de habitações para a sua mão-de-obra. Entretanto aumenta também o número daqueles que, com uma **apreensão mais profunda** das condições, ligam também **à reforma** da habitação mais ou menos todos os outros elementos da associação latente, e é a eles que aquelas florescentes colónias têm a agradecer o seu aparecimento... No Reino Unido são bem conhecidos por esse motivo os nomes de um Ashton em Hyde, Ashworth em Turton, Grant em Bury, Greg em Bollington, Marshall em Leeds, Strutt em Belper, Salt em Saltaire, Ackroyd em Copley e outros.»

Santa ingenuidade e ainda mais santa ignorância! Só nos «tempos mais recentes» é que os fabricantes rurais ingleses construíram habitações operárias! Não, caro senhor Sax, os capitalistas ingleses são realmente grandes industriais, não só segundo a bolsa mas também segundo a cabeça. Muito antes de a Alemanha possuir uma indústria realmente grande, eles tinham compreendido que, no caso da produção fabril rural, o investimento em habitações operárias é uma parte necessária, directa e indirectamente muito rendível, do conjunto do capital investido. Muito antes de a luta entre Bismarck e os burgueses alemães ter dado aos operários alemães a liberdade de coalizão, já os fabricantes e proprietários de minas e fundições ingleses tinham aprendido pela prática a pressão que podem exercer sobre operários em greve se simultaneamente forem senhorios desses operários. «As florescentes colónias» de um Greg, de um Ashton, de um Ashworth pertencem tanto aos «tempos mais recentes» que já há mais de 40 anos eram trombeteadas pela burguesia como modelos, conforme eu próprio o descrevi há já 28 anos (*Situação das Classes Trabalhadoras*, páginas 228-230, nota). As de Marshall e Akroyd (é assim que se escreve o nome do homem) são mais ou menos da mesma idade, e a de Strutt é ainda muito mais velha, remontando nos seus começos ao século passado. E, como na Inglaterra a duração média de uma habitação operária está estimada em 40 anos, o senhor Sax pode contar ele próprio pelos dedos e ver o estado de decadência em que se encontram actualmente essas «florescentes colónias». Além disso, a maioria dessas colónias já não ficam no campo; a colossal expansão da indústria cercou a maioria delas de tal modo com fábricas e casas que elas ficam agora no meio de cidades cheias de lixo e de fumo de 20 000 a 30 000 e mais habitantes; o que não impede a ciência burguesa alemã, representada pelo senhor Sax, de repetir ainda hoje, com maior fidelidade, os velhos cânticos laudatórios ingleses de 1840, que já não são aplicáveis.

E logo então o velho Akroyd! Este bom homem era, sem dúvida, um filantropo de primeira água. Amava tanto os seus operários, e particularmente as suas operárias, que os seus concorrentes de Yorkshire, menos filantrópicos que ele, costumavam dizer dele: ele fazia funcionar a fábrica unicamente com os seus próprios filhos! O senhor Sax afirma que nessas florescentes colónias «os nascimentos ilegítimos se estão a tornar cada vez mais raros» (página 118). Sim, nascimentos

ilegítimos **fora do casamento**, é que nos distritos fabris ingleses as raparigas bonitas casam muito jovens.

Na Inglaterra, a construção de habitações operárias mesmo ao lado de cada grande fábrica rural, e ao mesmo tempo **com** a fábrica, tem sido a regra desde há 60 anos e mais. Conforme já mencionámos, muitas dessas aldeias fabris tornaram-se o núcleo em volta do qual se juntou mais tarde toda uma cidade fabril, com todos os males que uma cidade fabril traz consigo. Portanto, essas colónias não resolveram a questão da habitação, **antes foram elas que a criaram** nas suas localidades.

Em contrapartida, nos países que, no campo da grande indústria, foram coxeando atrás da Inglaterra e que, propriamente, só a partir de 1848 conheceram o que era uma grande indústria, na França e particularmente na Alemanha, a situação é totalmente diversa. Aqui, só as siderurgias e fábricas colossais se decidiram, após longa hesitação, à construção de algumas habitações operárias — como, por exemplo, a fábrica de Schneider em Creusot e a de Krupp em Essen. A grande maioria dos industriais rurais obriga os seus operários a andar várias milhas ao calor, à neve e à chuva de manhã a caminho da fábrica e ao fim da tarde no regresso a casa. Isto acontece especialmente em zonas montanhosas — nos Vosgos franceses e alsacianos e junto ao Wupper, Sieg, Agger, Lenne e outros rios da Renânia e Vestefália. Nos Montes Metalíferos não será melhor. Entre os alemães, como entre os franceses, há a mesma pequenina sovinice.

O senhor Sax sabe muito bem que tanto o promissor começo como as florescentes colónias significam menos que nada. Ele procura agora, portanto, provar aos capitalistas que poderiam extrair belos rendimentos da construção de habitações operárias. Por outras palavras, procura indicar-lhes um novo caminho para defraudar os operários.

Em primeiro lugar, mostra-lhes o exemplo de uma série de sociedades londrinas de construção que, em parte de natureza filantrópica, em parte de natureza especulativa, atingiram um lucro líquido de 4 a 6% e mais. O senhor Sax já não precisa de nos provar que o capital investido em habitações operárias rende bem. A razão pela qual não se investe nisso mais capital é que há outro tipo de habitações, mais caras, que rendem ao proprietário ainda mais. O aviso do senhor Sax aos capitalistas reduz-se, portanto, mais uma vez, a um mero sermão de moral.

No que respeita, pois, àquelas sociedades londrinas de construção, cujos brilhantes êxitos o senhor Sax tão alto trombeteia, elas construíram, segundo os seus próprios números — e estes incluem toda e qualquer especulação verificada na construção —, alojamentos para, no total, 2 132 famílias e para 706 homens sós, ou seja, para menos de 15 000 pessoas! E são infantilidades destas que na Alemanha se ousa, com ar sério, apresentar como grandes êxitos, enquanto só na parte oriental de Londres um milhão de operários vivem nas mais miseráveis condições de habitação? Todos estes esforços filantrópicos são, de facto, tão deploravelmente nulos que nos relatórios parlamentares ingleses que tratam da situação dos operários nunca sequer se lhes faz referência.

E já não queremos falar aqui do ridículo desconhecimento acerca de Londres que se revela em todo esse capítulo. Apenas uma coisa. O senhor Sax acha que o asilo para homens sós no Soho desapareceu por nessa zona não se poder «contar com uma clientela numerosa». E que o senhor Sax imagina que todo o West End londrino é apenas uma cidade de luxo e não sabe que mesmo por trás das ruas mais elegantes ficam os mais sujos bairros operários, entre eles, por exemplo, o Soho. O asilo-modelo do Soho de que ele fala e que eu já conhecia há 23 anos era a princípio muito frequentado, mas fechou, porque ninguém conseguia aguentar lá dentro. E, no entanto, ainda era um dos melhores.

Mas a cidade operária de Mülhausen, na Alsácia, não será ela um êxito?

A cidade operária de Mülhausen é o grande cavalo de parada dos burgueses do continente, tal como as antigamente florescentes colônias de Ashton, Ashworth, Greg e consortes o eram para os ingleses. Infelizmente, ela não é um produto da associação «latente», mas sim da associação aberta entre o Segundo Império Francês e os capitalistas da Alsácia. Ela foi uma das experiências socialistas de Louis Bonaparte, para a qual o Estado adiantou 1/3 do capital. Em 14 anos (até 1867), ela construiu 800 pequenas casinhas segundo um sistema deficiente e impossível em Inglaterra, onde estas coisas se compreendem melhor, e, após 13 a 15 anos de pagamento de um elevado aluguer mensal, entrega-as aos operários como propriedade sua. Esta forma de aquisição de propriedade já há muito tempo introduzida, conforme veremos, nas sociedades cooperativas de construção inglesas, não precisou de ser descoberta pelos bonapartistas alsacianos. Os suplementos ao aluguer destinados à aquisição das casas são bastante elevados, em comparação com os ingleses; o operário depois de ter pago aos poucos, durante quinze anos, por exemplo, 4 500 francos, recebe uma casa que valia, quinze anos antes, 3 300 francos. Se o operário quiser mudar ou se atrasar mesmo que apenas um mês no pagamento do aluguer (caso em que pode ser posto fora), calcula-se-lhe um aluguer anual de 6,66 % do valor original da casa (p. ex., 17 francos mensais no caso de o valor da casa ser de 3 000 francos) e devolve-se-lhe o restante, mas **sem um centavo de juros**. Compreende-se que, nestas condições, a sociedade possa engordar, independentemente da «ajuda estatal»; compreende-se igualmente que as habitações fornecidas nestas circunstâncias, em virtude de ficarem já fora da cidade, sendo semi-rurais, são melhores do que as velhas habitações-caserna situadas na própria cidade.

Não diremos uma palavra sobre o par de deploráveis experiências feitas na Alemanha, cuja pobreza é reconhecida pelo próprio senhor Sax na página 157.

Que provam, afinal, todos estes exemplos? Simplesmente que a construção de habitações operárias, mesmo quando não são espezinhasdas todas as leis da higiene, é rendível do ponto de vista capitalista. Isto, porém, nunca foi contestado, já todos o sabíamos há muito tempo. **Todo** o investimento de capital que satisfaça uma necessidade é rendível se explorado racionalmente. A questão é precisamente saber por que motivo, **apesar disso**, se mantém a falta de habitação, por que motivo, apesar disso, os capitalistas não providenciam habitações saudáveis suficientes para os operários. E, neste ponto, o senhor Sax limita-se também a fazer exortações ao capital, ficando a dever-nos a resposta. A verdadeira resposta a esta questão já a demos mais atrás.

O capital, está agora definitivamente constatado, não **quer** abolir a falta de habitação, mesmo que pudesse fazê-lo. Restam só dois outros expedientes: a mutualidade operária e a ajuda do Estado.

O senhor Sax, admirador entusiástico da mutualidade, é também capaz de nos contar os prodígios que esta operou no campo da questão da habitação. Infelizmente, tem de reconhecer logo de início que ela só pode realizar alguma coisa nos lugares onde o sistema de *cottage* ou já existe ou é realizável, isto é, de novo apenas no campo; nas grandes cidades, mesmo em Inglaterra, apenas o é em escala muito limitada. Por isso, diz o senhor Sax soluçando que

*«a reforma por essa via» (a mutualidade) «só pode realizar-se fazendo um **desvio** e, portanto, **sempre** de forma imperfeita, nomeadamente na medida em que faz parte do princípio da posse própria uma força que reage sobre a qualidade da habitação».*

Deveria também pôr-se isto em dúvida; de qualquer forma, o «princípio da posse própria» não reage de nenhuma maneira reformadora sobre a «qualidade» do estilo do nosso autor. Apesar de tudo, a mutualidade produziu em Inglaterra maravilhas tais

«que, graças a ela, tudo aquilo que aí se fez com vista à solução da questão da habitação é **de longe ultrapassado**. São estas as *building societies*⁴⁴ inglesas», que o senhor Sax trata com especial pormenor porque, entre outras razões, «acerca da sua essência e acção estão, em geral, espalhadas ideias muito insuficientes ou erradas. As *building societies* inglesas não são de forma nenhuma... sociedades de construção ou cooperativas de construção, devendo antes... ser designadas em alemão talvez por "*Hauserwerbvereine*"⁴⁵; são associações com o objectivo de, por meio de contribuições periódicas dos sócios, reunirem um fundo e com ele, segundo o seu montante, concederem aos sócios empréstimos para a compra de casa... Deste modo, a *building society* é, para uma parte dos seus sócios, uma caixa de poupanças e, para a outra parte, uma caixa de empréstimos. — As *building societies* são, portanto, instituições de crédito hipotecário adaptadas às necessidades dos operários e que utilizam principalmente... as poupanças dos operários... para permitir aos companheiros dos depositantes a compra ou construção de uma casa. Conforme seria de supor, esses empréstimos são feitos contra a hipoteca do imóvel correspondente, processando-se a sua amortização em pagamentos a prestações de prazos curtos as quais englobam juros e amortização... Os juros não são pagos aos depositantes, mas sempre **creditados com juro composto**... O levantamento dos depósitos, juntamente com os juros acumulados... pode ser feito a qualquer momento mediante aviso prévio de um mês.» (Páginas 170-172.) «Existem em Inglaterra mais de 2 000 dessas associações, ... o capital nelas acumulado eleva-se a cerca de 15 000 000 de libras esterlinas, e cerca de 100 000 famílias **operárias** chegaram já por esta via à posse do seu próprio lar; uma conquista social que seguramente não terá tão cedo outra que se lhe compare.» (Página 174.)

Infelizmente, também aqui há um «mas» em que se tropeça logo a seguir:

«No entanto, com isso **não se alcança ainda, de forma nenhuma**, uma solução completa da questão. Desde logo pela razão de que a aquisição de casa... só é possível aos operários **com melhor situação**... É frequente não serem suficientemente consideradas, sobretudo, as exigências sanitárias.» (Página 176.)

No continente «estas associações... apenas encontram um terreno limitado para se desenvolverem». Elas pressupõem o sistema de *cottage*, que aqui apenas existe no campo; mas no campo os operários ainda não estão suficientemente avançados para a mutualidade. Por outro lado, nas cidades, onde se poderiam formar verdadeiras cooperativas de construção, elas têm diante de si «consideráveis e sérias dificuldades de diverso tipo». (Página 179.) Elas apenas poderiam construir *cottages*, e isso é impossível nas grandes cidades. Em resumo, «não é a esta forma de mutualidade cooperativista» que pode «nas condições actuais — e também dificilmente no futuro próximo — caber, na verdade, o principal papel na solução da presente questão». É que estas cooperativas de construção encontram-se ainda «no estágio dos primeiros começos, não desenvolvidos». «Isto vale mesmo para a Inglaterra.» (Página 181.)

Ou seja, os capitalistas não **querem** e os operários não **podem**. E assim poderíamos encerrar aqui esta secção, se não fosse incondicionalmente necessário dar alguns esclarecimentos acerca das *building societies* inglesas, que os burgueses da *couleur*⁴⁶ Schulze-Delitzsch apresentam constantemente como modelos aos nossos operários.

Estas *building societies* não são sociedades operárias nem o seu objectivo principal é proporcionar aos operários casas próprias. Veremos, pelo contrário, que isso só excepcionalmente acontece. As *building societies* são essencialmente de natureza especulativa, e as pequenas, que são as originais, não o são menos que as suas imitadoras grandes. Habitualmente, por iniciativa do dono de uma

taberna, na qual se realizam então as reuniões semanais, um certo número de clientes habituais e alguns amigos, lojistas, vendedores, caixeiros-viajantes, artesãos e outra pequena burguesia — aqui e ali ainda um construtor de máquinas ou outros operários pertencentes à aristocracia da sua classe — juntam-se numa cooperativa de construção; o pretexto próximo é habitualmente o facto de o dono da taberna ter descoberto nas proximidades ou noutro local um terreno à venda por um preço relativamente baixo. A maioria dos sócios não está presa, pelas suas ocupações, a um local determinado; inclusivamente, muitos dos lojistas e artesãos apenas têm na cidade o seu sítio de negócio mas não a residência; quem quer que possa fazê-lo, prefere morar fora do que no meio da cidade fumarenta. Compra-se o terreno e constrói-se nele o número de *cottages* que for possível. O crédito dos mais abastados torna possível a compra e as contribuições semanais, juntamente com alguns pequenos empréstimos, cobrem as despesas semanais com a construção. Aqueles sócios que sonham [spekulieren] com casa própria recebem as *cottages* por sorteio à medida que estas vão ficando prontas, e o respectivo suplemento ao aluguer amortiza o preço da compra. As *cottages* que sobrarem são alugadas ou vendidas. Mas a sociedade construtora, se fizer bons negócios, acumula uma fortuna maior ou menor que fica a pertencer aos seus sócios enquanto estes pagarem as suas quotas e que é distribuída de tempos a tempos ou quando da dissolução da sociedade. Este é o currículo de nove de cada dez sociedades construtoras inglesas. As outras são sociedades maiores, formadas por vezes sob pretextos políticos ou filantrópicos, mas cujo objectivo principal acaba por ser sempre o de proporcionar às poupanças da **pequena burguesia** um investimento hipotecário mais elevado, com um bom juro e a perspectiva de dividendos mediante a especulação em propriedade fundiária.

O prospecto de uma das maiores, se não da maior dessas sociedades, indica o tipo de clientes com que elas especulam. A Birkbeck Building Society, Southampton Buildings, 29 e 30, Chancery Lane, London, cujas receitas, desde a sua fundação, atingem mais de 10,5 milhões de libras esterlinas (70 milhões de táleres), que investiu mais de 416 000 libras na banca e em títulos do Estado e que conta presentemente 21 441 sócios e depositantes, anuncia-se ao público da forma seguinte:

*«A maioria das pessoas conhece o chamado sistema dos três anos dos fabricantes de pianos, segundo o qual qualquer pessoa que alugue um piano por três anos se torna proprietária do mesmo ao fim desse tempo. Antes da introdução deste sistema, as pessoas de rendimentos limitados tinham quase tanta dificuldade em adquirir um bom piano como em adquirir casa própria; pagava-se ano após ano o aluguer do piano e acabava por se gastar duas ou três vezes o dinheiro que o piano valia. Ora aquilo que se pode fazer com um piano pode fazer-se também com uma casa... Mas, como uma casa custa mais do que um piano... é necessário um período mais longo para amortizar o preço de compra através do aluguer. Por esse motivo, os directores fizeram acordos com os proprietários de casas em diversas partes de Londres e arredores através dos quais conseguem oferecer aos membros da Birkbeck Building Society e a outros uma grande selecção de casas nos mais diversos bairros da cidade. O sistema que os directores pretendem seguir é o seguinte: alugar as casas por 12,5 anos, período ao fim do qual, caso o aluguer seja pago regularmente, a casa se torna propriedade absoluta do inquilino, sem outro pagamento seja de que tipo for... O inquilino pode também acordar num prazo mais curto com aluguer mais elevado ou num prazo mais longo com aluguer mais baixo... **As pessoas de rendimentos limitados, os empregados de comércio e armazém** e outros podem de imediato tornar-se independentes de qualquer senhorio uma vez que se tornem sócios da Birkbeck Building Society.»*

Isto fala com suficiente clareza. Nem uma palavra acerca dos operários mas apenas acerca das pessoas de rendimento limitado, empregados de comércio e armazém, etc; e, além disso, pressupõe-se que os candidatos **já possuem**, em regra **um piano**. De facto, não se trata aqui de operários mas sim de pequenos burgueses e de outros que querem **e podem** vir a sê-lo; pessoas cujo rendimento, mesmo que dentro de certos limites, aumenta em regra gradualmente, como o do empregado de comércio e outros de ramos semelhantes, ao passo que o do operário, mesmo que, na melhor das

hipóteses, permaneça igual no montante, na realidade diminui em relação ao aumento da família e das suas necessidades crescentes. De facto, só poucos operários podem, excepcionalmente, fazer parte dessas sociedades. Por um lado, o seu rendimento é demasiado reduzido, por outro lado, de natureza demasiado incerta para lhe permitir assumir compromissos a um prazo de 12,5 anos. As poucas excepções às quais isto se não aplica são ou os operários mais bem pagos ou os capatazes⁴⁷.

De resto, qualquer pessoa vê que os bonapartistas da cidade operária de Mülhausen não passam de pobres macacos de imitação dessas sociedades de construção pequeno-burguesas inglesas. Só que, apesar da ajuda do Estado que lhes é concedida, enganam os seus clientes muito mais do que as sociedades de construção. As suas condições são, no conjunto, menos liberais do que a média das que estão em vigor em Inglaterra e, enquanto na Inglaterra se calcula para cada pagamento o respectivo juro simples e composto e se fazem reembolsos com pré-aviso de um mês, os fabricantes de Mülhausen metem ao bolso tanto o juro simples como o composto e só reembolsam os montantes depositados em moedas sonantes de cinco francos. E ninguém se admirará mais com esta diferença do que o senhor Sax, que tem tudo isto escrito no seu livro, sem o saber.

Portanto, a mutualidade operária também não serve. Resta a ajuda do Estado. Que nos pode o senhor Sax oferecer a este respeito? Três coisas:

«Primeiro, o Estado tem de pensar, na sua legislação e administração, em eliminar ou em remediar de forma apropriada tudo aquilo que de algum modo tenha como consequência a manutenção da falta de habitação das classes trabalhadoras.» (Página 187.)

Ou seja: revisão da legislação da construção e liberalização da indústria da construção para que se construa mais barato. Mas na Inglaterra a legislação da construção está limitada a um mínimo, as indústrias da construção são livres como pássaros a voar e, no entanto, existe falta de habitações. Aliás, agora constrói-se tão barato em Inglaterra que as casas estremecem quando passa uma carroça e todos dias há algumas que desabam. Ainda ontem, 25 de Outubro de 1872, em Manchester, caíram seis de uma só vez, ferindo gravemente seis operários. Portanto, também não serve.

«Segundo, o poder de Estado tem de impedir que qualquer pessoa, no seu individualismo estreito, espalhe ou provoque o mal.»

Ou seja: inspecção das habitações operárias pelas autoridades da saúde pública e da construção, concessão às autoridades da faculdade de encerrarem habitações anti-higiénicas ou em mau estado, como tem acontecido em Inglaterra desde 1857. Mas de que forma é que isso aí tem acontecido? A primeira lei, de 1855 (*Nuisances Removal Act*⁴⁸), não passou, como o próprio senhor Sax reconhece,

de «letra morta», tal como a segunda, de 1858 (*Local Government Act*⁴⁹ (página 197). Em contrapartida, o senhor Sax pensa que a terceira, a *Artisans' Dwellings Act*⁵⁰, que se aplica apenas a cidades com mais de 10 000 habitantes, «fornece certamente um testemunho favorável acerca da elevada compreensão do parlamento britânico pelas coisas sociais» (página 199), quando esta afirmação mais uma vez «fornece um testemunho favorável» da total ignorância do senhor Sax acerca das «coisas» inglesas. É evidente que, sobretudo «nas coisas sociais», a Inglaterra vai muito à frente do continente; é a pátria da grande indústria moderna, o modo de produção capitalista desenvolveu-se aí da forma mais livre e mais ampla, as suas consequências manifestam-se aí da forma mais clara e por isso provocam também primeiro uma reacção na legislação. A melhor prova disso é a legislação fabril. Mas se o senhor Sax crê que um decreto do parlamento só precisa de ter força de lei para ser imediatamente levado à prática, engana-se redondamente. E, de todos os decretos parlamentares (com excepção, quando muito, da *Workshops' Act*⁵¹), isto aplica-se sobretudo precisamente à *Local Government Act*. A aplicação da lei foi cometida às autoridades municipais, que em Inglaterra são quase por toda a parte reconhecidos centros de corrupção de toda a espécie, nepotismo e *jobbery*⁵². Os agentes destas autoridades municipais, que devem os seus postos a toda a espécie de considerações de família, ou não eram capazes ou não tinham qualquer intenção de aplicar essas leis sociais, quando é precisamente em Inglaterra que os funcionários públicos encarregados da preparação e aplicação da legislação social mais se distinguem pelo estrito cumprimento do dever — embora actualmente em menor escala do que há vinte, trinta anos. Nos conselhos municipais, os proprietários de habitações insalubres ou em riscos de desmoronamento estão quase por toda a parte fortemente representados, directa ou indirectamente. A eleição dos conselhos municipais por pequenas circunscrições torna os eleitos dependentes dos mais mesquinhos interesses e influências locais; nenhum conselheiro municipal que queira ser reeleito pode ousar votar a favor da aplicação dessa lei no seu círculo eleitoral. Compreende-se, assim, a resistência com que esta lei foi recebida quase por toda a parte pelas autoridades locais e que, até hoje, só tenha sido aplicada aos casos mais escandalosos — e, mesmo nesses, na maioria das vezes apenas como consequência de se ter já declarado uma epidemia, como o ano passado em Manchester e Salford, com a epidemia de varíola. O apelo ao ministro do Interior só teve, até agora, efeito em casos desses, de acordo com o princípio de todos os governos **liberais** em Inglaterra que consiste em só propor leis de reformas sociais quando obrigados pela necessidade e de não aplicar de forma nenhuma as já existentes desde que isso seja possível. A lei em questão, tal como outras em Inglaterra, tem apenas o significado de, nas mãos de um governo dominado ou pressionado pelos operários, que finalmente a aplique de facto, vir a ser uma poderosa arma para abrir uma brecha na situação social presente.

«Terceiro», o poder de Estado deve, segundo o senhor Sax, «aplicar na mais ampla escala todas as medidas positivas que estejam à sua disposição para remediar a falta de habitação existente.»

Isto significa que deve construir casernas, «verdadeiros edificios-modelo» para os seus «funcionários subalternos e servidores» (mas estes não são operários!) e «conceder... créditos às representações comunais, sociedades e também a particulares com o fim da melhoria das habitações para as classes trabalhadoras» (página 203), como acontece em Inglaterra de acordo com a *Public Works Loan Act*⁵³ e como Louis Bonaparte fez em Paris e Mülhausen. Mas a *Public Works Loan Act*

também só existe no papel, pois o governo apenas põe à disposição dos comissários um máximo de 50 000 libras esterlinas, isto é, meios para a construção de, no máximo, 400 *cottages*, ou seja, em 40 anos 16 000 *cottages* ou habitações para um máximo de 80 000 pessoas — uma gota no oceano! Mesmo que admitamos que, ao fim de 20 anos, os meios da Comissão duplicam devido aos reembolsos, isto é, que nos últimos 20 anos sejam construídas habitações para mais 40 000 pessoas, isso continua a ser uma gota no oceano. E, como as *cottages* só duram, em média, 40 anos, depois de 40 anos as 50 000 ou 100 000 libras líquidas têm de ser aplicadas na substituição das *cottages* mais velhas e em ruínas. O senhor Sax chama a isto, na página 203, aplicar o princípio na prática correctamente e «em escala ilimitada». E com esta confissão de que o Estado, mesmo em Inglaterra, «em escala ilimitada», nada fez, o senhor Sax conclui o seu livro lançando um último sermão a todos os interessados⁵⁴.

E claro como a luz do dia que o Estado actual não pode nem quer remediar a praga da habitação. O Estado não passa do poder conjunto organizado das classes possuidoras, dos proprietários e capitalistas contra as classes exploradas, os camponeses e operários. Aquilo que os capitalistas (e aqui só deles se trata, pois nesta questão os proprietários fundiários aparecem igualmente, antes de mais, na sua qualidade de capitalistas), tomados individualmente, não querem, também o seu Estado não quer. Portanto, se é certo que os capitalistas, **individualmente**, deploram a falta de habitação, mas pouco se movem para remediar, mesmo que superficialmente, as suas consequências mais assustadoras, assim o capitalista **conjunto**, o Estado, não fará muito mais. Ele procurará, no máximo, que o nível corrente desse paliativo superficial seja aplicado por toda a parte de modo uniforme. E já vimos que é este o caso.

Mas, poderá objectar-se, na Alemanha os burgueses ainda não dominam, na Alemanha o Estado continua a ser um poder em certo grau independente e situado acima da sociedade, que, precisamente por isso, representa os interesses conjuntos da sociedade e não os de uma classe isolada. Um tal Estado pode, sem dúvida, fazer muitas coisas que um Estado burguês não pode; e dele podem igualmente esperar-se coisas muito diferentes no campo social.

Esta é a linguagem dos reaccionários. Mas, na realidade, também na Alemanha o Estado, tal como existe, é o produto necessário do substracto social de que surgiu. Na Prússia — e a Prússia hoje faz lei — existe, ao lado de uma nobreza latifundiária e ainda forte, uma burguesia relativamente jovem e, sobretudo, muito cobarde que continua sem conquistar nem a dominação política directa, como em França, nem a mais ou menos indirecta, como em Inglaterra. Mas, além destas duas classes, existe um proletariado intelectualmente muito desenvolvido, que cresce rapidamente e que se organiza de dia para dia cada vez mais. Portanto, encontramos aqui, além da condição fundamental da antiga monarquia absoluta — o equilíbrio entre a nobreza fundiária e a burguesia — a condição fundamental do bonapartismo moderno — o equilíbrio entre a burguesia e o proletariado. Porém, tanto na antiga monarquia absoluta como na moderna monarquia bonapartista, o verdadeiro poder governamental encontra-se nas mãos de uma casta particular de oficiais e funcionários que na Prússia se recruta em parte entre as suas próprias fileiras, em parte entre a pequena nobreza dos morgados, mais raramente entre a alta nobreza e em grau menor ainda entre a burguesia. A autonomia desta casta, que parece estar fora e, por assim dizer, acima da sociedade, dá ao Estado a aparência de autonomia em relação à sociedade.

A forma de Estado que se desenvolveu como consequência necessária na Prússia (e, seguindo o seu exemplo, na nova constituição imperial da Alemanha) a partir destas contraditórias situações sociais é o pseudoconstitucionalismo, forma que é tanto a forma actual de decomposição da antiga monarquia absoluta como a forma de existência da monarquia bonapartista. Na Prússia o pseudoconstitucionalismo apenas encobriu e mediou a lenta decomposição da monarquia absoluta. Porém, desde 1866 e, sobretudo, desde 1870, todos podem observar o revolucionamento da situação social e, desse modo, a decomposição do antigo Estado, que se processa a uma escala que cresce de forma gigantesca. O rápido desenvolvimento da indústria, e nomeadamente as fraudes na Bolsa, arrastaram todas as classes dominantes para o remoinho da especulação. A corrupção em grande e importada de França em 1870 desenvolve-se com rapidez inaudita. Strousberg e Péreire tiram o chapéu um ao outro. Ministros, generais, príncipes e condes fazem dinheiro em acções apesar dos mais astutos judeus da Bolsa, e o Estado reconhece a sua igualdade, baronizando em massa os judeus da Bolsa. A nobreza rural, há muito tempo dedicada à indústria, como fabricante de açúcar de beterraba e destiladora de aguardente, deixou para trás os velhos tempos da solidez e engrossa hoje com o seu nome as listas de directores de todas as sociedades por acções, sólidas e não sólidas. A burocracia despreza cada vez mais o desfalque de caixa como único meio de melhorar o vencimento; desinteressa-se do Estado e põe-se à caça de lugares muito mais rendosos na administração de empreendimentos industriais; aqueles que se mantêm ainda em funções seguem o exemplo dos chefes, especulando com acções ou «participando» em caminhos-de-ferro, etc. Justifica-se mesmo a suposição de que até os tenentes metem a mãozinha em muita especulação. Em suma, a decomposição de todos os elementos do velho Estado, a transição da monarquia absoluta para a monarquia bonapartista está em plena marcha, e com a próxima grande crise do comércio e da indústria desmoronar-se-ão não só a especulação presente mas também o velho Estado prussiano⁵⁵.

E é este Estado, cujos elementos não burgueses diariamente se aburguesam mais, que deverá resolver «a questão social» ou sequer a questão da habitação? Pelo contrário. Em todas as questões económicas, o Estado prussiano cai cada vez mais nas mãos da burguesia; e se a legislação posterior a 1866 relativa ao campo económico não se adaptou ainda mais aos interesses da burguesia do que aquilo que já aconteceu de quem é a culpa? Principalmente da própria burguesia, que, em primeiro lugar, é cobarde de mais para defender energicamente as suas reivindicações, e que, em segundo lugar, se opõe a toda e qualquer concessão desde que simultaneamente essa concessão ponha novas armas na mão do proletariado ameaçador. E se o poder de Estado, i. e., Bismarck, tenta organizar um proletariado ao seu serviço, para desse modo pôr um freio à actividade política da burguesia, que é isso senão um recurso bonapartista necessário e bem conhecido, que a nada obriga, no que respeita aos operários, a não ser a algumas frases bem intencionadas e, no máximo, a um mínimo de ajuda do Estado a sociedades de construção à Louis Bonaparte?

A melhor prova daquilo que os operários têm a esperar do Estado prussiano está na utilização dos milhares de milhões franceses⁵⁶, que deram à autonomia da máquina estatal prussiana, em relação à sociedade, um novo embora curto prazo de vida. Será que pelo menos um táler, entre esses milhões, foi usado para dar abrigo às famílias operárias berlinenses postas na rua? Pelo contrário. Quando chegou o Outono, o próprio Estado mandou demolir o par de miseráveis barracas que lhes tinham servido de refúgio de emergência durante o Verão. Os cinco milhares de milhões desaparecem com toda a ligeireza pelo caminho de tudo o resto, em fortificações, canhões e soldados; e, apesar do

Wagner⁵⁷ das burrices, apesar das conferências à Stieber com a Áustria⁵⁸, os operários alemães nem sequer beneficiarão desses milhares de milhões aquilo que os franceses beneficiaram através de Louis Bonaparte com os milhões que este roubou à França.

III

Na realidade, a burguesia tem apenas um método para resolver à **sua** maneira a questão da habitação — isto é, resolvê-la de tal forma que a solução produza a questão sempre de novo. Este método chama-se «**Hausmann**».

Por «Hausmann» entendo não apenas a maneira especificamente bonapartista do Hausmann parisiense de abrir ruas compridas, direitas e largas pelo meio dos apertados bairros operários e de guarnecê-las de ambos os lados com grandes edifícios de luxo, com o que se pretendia não só atingir a finalidade estratégica de dificultar a luta nas barricadas mas também formar um proletariado da construção civil especificamente bonapartista e dependente do governo e transformar a cidade numa pura cidade de luxo. Por «Hausmann» entendo também a prática generalizada de abrir brechas nos bairros operários, especialmente nos de localização central nas nossas grandes cidades, quer essa prática seja seguida por considerações de saúde pública e de embelezamento ou devido à procura de grandes áreas comerciais centralmente localizadas ou por necessidades do trânsito, tais como vias-férreas, ruas, etc. O resultado é em toda a parte o mesmo, por mais diverso que seja o pretexto: as vielas e becos mais escandalosos desaparecem ante grande autoglorificação da burguesia por esse êxito imediato mas... ressuscitam logo de novo em qualquer lugar e frequentemente na vizinhança imediata.

Na *Situação das Classes Trabalhadoras na Inglaterra* fiz uma descrição de Manchester, tal como era em 1843 e 1844. Desde então, alguns dos piores bairros aí descritos foram atravessados, arejados e melhorados, outros totalmente eliminados devido às linhas de caminho-de-ferro que passam pelo meio da cidade, à abertura de novas ruas, à construção de grandes edifícios públicos e privados; no entanto, muitos desses bairros — apesar de a inspecção sanitária se ter tornado desde então mais rigorosa — encontram-se ainda na mesma situação ou mesmo pior, no que respeita ao estado da construção. Em contrapartida, porém, graças à enorme expansão da cidade, cuja população aumentou desde então em mais de metade, bairros que nessa altura eram ainda arejados e limpos, estão agora tão cheios de construções, tão sujos e tão superpovoados como antigamente as partes mais mal afamadas da cidade. Eis apenas um exemplo: no meu livro descrevi na página 80 e seguintes um grupo de casas situadas na parte baixa do vale do rio Medlock e que, conhecidas pelo nome de Pequena Irlanda (*Little Ireland*), formavam há anos a vergonha de Manchester. A Pequena Irlanda desapareceu há muito tempo; em seu lugar ergue-se hoje, assente em altos pilares, uma estação de caminho-de-ferro; a burguesia vangloriava-se da feliz e definitiva eliminação da Pequena Irlanda como um grande triunfo. Acontece que no Verão passado houve uma grande inundação, semelhante às inundações que crescem de ano para ano e que, por causas facilmente explicáveis, são provocadas nas nossas grandes cidades pelos rios represados. Verifica-se pois que a Pequena Irlanda não foi de modo nenhum eliminada, mas apenas transferida da parte sul da Oxford Road para a parte norte, e ainda continua a florescer. Ouçamos o *Manchester Weekly Times*, órgão da burguesia radical de Manchester, de 20 de Julho de 1872:

«Esperemos que a desgraça que atingiu no último sábado os habitantes do vale baixo do rio Medlock tenha uma boa consequência: a de voltar a atenção pública para o escárnio evidente de todas as leis da higiene que há tanto tempo aí tem vindo a ser tolerado diante do nariz dos funcionários municipais e da comissão municipal de saúde. Um duro artigo da nossa edição diária de ontem, apesar de ainda demasiado brando, revelou a vergonhosa situação de algumas habitações em caves da Charles Street e da Brook Street. A investigação minuciosa de um dos pátios citados nesse artigo permite-nos confirmar todos os dados nele apontados e declarar que as habitações das caves desse pátio já há muito deveriam ter sido fechadas: ou melhor, elas nunca deveriam ter sido toleradas como habitações humanas. O Squire's Court, na esquina da Charles Street com a Brook Street, é formado por sete ou oito casas de habitação sobre as quais o transeunte pode passar dia após dia, mesmo no ponto mais baixo da Brook Street, sob a ponte do caminho-de-ferro, sem suspeitar que por baixo de si há seres humanos a viver em cavernas. O pátio está escondido dos olhares do público e só é acessível àqueles que a miséria obriga a procurar abrigo no seu isolamento sepulcral. Mesmo quando as águas do Medlock, estancadas entre os açudes, não ultrapassam o seu nível habitual, o chão dessas casas fica apenas algumas polegadas acima do nível da água: qualquer aguaceiro mais forte é capaz de fazer aquela água nauseabunda e pútrida subir pelos esgotos e canalizações e infestar as habitações com os gases pestilentos que qualquer inundação deixa atrás de si... O Squire's Court fica a um nível ainda mais baixo que o das caves desabitadas das casas da Brook Street... vinte pés abaixo da rua, e a água pestilenta que no sábado subiu pelos esgotos chegou até aos tectos. Soubemos disto e esperávamos, portanto, encontrar o pátio desabitado ou ocupado apenas pelos funcionários do comité de saúde, para lavar e desinfetar as paredes malcheirosas. Em vez disso vimos um homem, na cave-habitação por baixo de uma barbearia... com uma pá a passar para uma carreta um monte de esterco que estava a um canto. O barbeiro, cuja cave já estava bastante bem varrida, fez-nos descer ainda mais abaixo até uma série de habitações acerca das quais disse que, se soubesse escrever, escreveria para a imprensa e exigiria o seu encerramento. Chegámos assim, finalmente, ao Squire's Court, onde encontrámos uma linda irlandesa, de aspecto saudável, a lavar a roupa. Ela e o marido, guarda-nocturno particular, viviam naquele pátio há seis anos e tinham uma família numerosa... Na casa, que acabavam de deixar, a inundação tinha chegado até ao tecto, as janelas estavam quebradas e os móveis eram um monte de ruínas. O inquilino — disse o homem — só caíndo a casa de dois em dois meses é que conseguia manter o mau cheiro a um nível suportável... No pátio interior, aonde o nosso informador só agora chegava, encontrou três casas cuja parede posterior encostava à da casa acabada de descrever e das quais duas eram habitadas. O mau cheiro era de tal modo nauseabundo que até o homem mais saudável era obrigado a ficar enjoado ao fim de alguns minutos... Este repugnante buraco era habitado por uma família de sete pessoas, que, na noite de quinta-feira (dia da primeira inundação), tinham todas dormido em casa. Ou melhor, conforme a mulher rectificou, não tinham dormido, pois ela e o marido tinham passado a maior parte da noite a vomitar por causa do mau cheiro. No sábado, quando a água já lhes chegava ao peito, viram-se obrigados a carregar os filhos para o exterior. Ela era também de opinião que aquele buraco era mau de mais mesmo para os porcos, mas, como o aluguer era barato — um xelim e meio por semana —, tinha-o aceitado, pois o marido devido a doença, nos últimos tempos estava frequentemente sem ganhar. A impressão causada por este pátio e pelos que nele habitam como que metidos num túmulo prematuro é do mais extremo desespero. De resto, temos de dizer que, depois do que observámos, o Squire's Court é apenas uma imagem — talvez uma imagem exagerada — de muitos outros locais dessa área cuja existência o nosso comité de saúde não pode justificar. E, se se permitir que esses locais continuem a ser habitados, o comité arcará com uma grande responsabilidade e a vizinhança com o perigo de epidemias cuja gravidade não discutiremos mais aprofundadamente.»

Este é um exemplo marcante de como a burguesia resolve na prática a questão da habitação. Os focos de epidemias, as mais infames cavernas e buracos em que o modo de produção capitalista encerra noite após noite os nossos operários não são eliminados mas apenas... mudados de lugar! A

mesma necessidade económica que os tinha provocado no primeiro sítio produ-los também no segundo. E, enquanto o modo de produção capitalista existir, será disparate pretender resolver isoladamente a questão da habitação ou qualquer outra questão social que diga respeito à sorte dos operários. A solução reside, sim, na abolição do modo de produção capitalista, na apropriação pela classe operária de todos os meios de vida e de trabalho.

Terceira Secção

Suplemento Sobre Proudhon e a Questão da Habitação

I

No n.º 86 do *Volksstaat*, A. Mülberger dá-se a conhecer como autor dos artigos⁵⁹ por mim criticados no n.º 51 e segs. desse jornal. Na sua resposta⁶⁰ ele cumula-me com uma tal série de censuras e desloca tanto todos os pontos de vista de que se trata que tenho de bom ou de mau grado de lhe replicar. Tentarei dar à minha réplica, que na sua maior parte, embora eu o lamente, se terá de deslocar pelo terreno da polémica pessoal que me foi imposto por Mülberger, um interesse geral desenvolvendo mais uma vez os pontos principais em questão e, sempre que possível, de forma mais clara que antes, mesmo correndo o risco de Mülberger considerar de novo que tudo isto «não contém, no essencial, nada de novo nem para ele nem para os restantes leitores do *Volksstaat*».

Mülberger queixa-se da forma e do conteúdo da minha crítica. No que respeita à forma, bastará replicar que eu naquele tempo de modo nenhum sabia a quem pertenciam os artigos em questão. Não pode, portanto, de modo nenhum falar-se de «preconceito» pessoal contra o autor; na verdade, contra a solução da questão da habitação desenvolvida nesses artigos eu só tinha um «preconceito» na medida em que já há muito tempo a conhecia de Proudhon e a minha opinião a tal respeito era firme.

Acerca do «tom» da minha crítica, não quero polemizar com o amigo Mülberger. Quando se está no movimento há tanto tempo como eu, acaba por se arranjar uma pele suficientemente dura para resistir a ataques e pressupõe-se também facilmente que, portanto, os outros têm uma pele semelhante. Para compensar Mülberger, tentarei desta vez pôr o meu «tom» em harmonia com a sensibilidade da sua epiderme.

Mülberger queixa-se com particular amargura de eu lhe ter chamado proudhoniano e protesta que não é. Tenho, naturalmente, de acreditar nele, mas apresentarei a prova de que os artigos em questão — e só a esses me referi — nada mais contêm que puro proudhonismo.

Mas, segundo Mülberger, também crítico Proudhon «com ligeireza», cometendo para com ele uma pesada injustiça:

«A doutrina do Proudhon pequeno burguês tornou-se entre nós, na Alemanha, um dogma assente, que muitos apregoam sem sequer terem lido dele uma única linha.»

Quando lamento que os operários de línguas românicas não tenham desde há vinte anos outro alimento espiritual senão as obras de Proudhon, Mülberger responde que entre os operários românicos «os princípios, tal como estão formulados por Proudhon, constituem quase por toda a parte a alma impulsionadora do movimento». Tenho de refutar isto. Em primeiro lugar, a «alma impulsionadora» do movimento operário em parte nenhuma reside nos «princípios», mas sim, em toda a parte, no desenvolvimento da grande indústria e nos seus efeitos, a acumulação e concentração do capital, por um lado, e do proletariado, por outro. Em segundo lugar, não é correcto que os chamados «princípios» de Proudhon desempenhem entre os latinos o papel decisivo que Mülberger lhes atribui; que «os princípios da anarquia, da *organisation des forces économiques*, da *liquidation sociale*⁶¹, etc.,... se tenham tornado aí os verdadeiros portadores do movimento revolucionário». Para não falar da Espanha e da Itália, onde a panaceia universal proudhoniana só ganhou alguma influência na figura ainda mais estropeada por Bakúnine, é um facto notório para qualquer pessoa que conheça o movimento operário internacional que em França os proudhonianos formam uma seita pouco numerosa, enquanto a massa dos operários nada quer saber do plano de reforma social projectado por Proudhon sob o título *Liquidation sociale* e *Organisation des forces économiques*. Entre outras coisas, viu-se isto com a Comuna. Apesar de os proudhonianos nela estarem fortemente representados, não foi contudo feita a menor tentativa de liquidar a velha sociedade ou de organizar as forças económicas segundo as propostas de Proudhon. Pelo contrário. A maior das honras para a Comuna é o facto de, entre todas as suas medidas económicas, a sua «alma impulsionadora» não ser formada por quaisquer princípios mas... pela simples necessidade prática. E por isso estas medidas — a abolição do trabalho nocturno dos padeiros, a proibição de multas nas fábricas, a confiscação das fábricas e das oficinas inactivas e a sua entrega às associações operárias — não eram de modo nenhum no espírito de Proudhon mas sim no do socialismo científico alemão. A única medida social que os proudhonianos conseguiram impor foi a de **não** confiscar o Banco de França, e foi em parte por isso que a Comuna caiu. Do mesmo modo, os chamados blanquistas⁶², logo que fizeram a tentativa de se transformarem de simples revolucionários políticos numa fracção operária socialista com um programa determinado — tal como aconteceu com os refugiados blanquistas em Londres no seu manifesto *Internationale et Révolution* — não proclamaram os «princípios» do plano de Proudhon de salvação da sociedade mas sim — e quase literalmente — as concepções do socialismo científico alemão acerca da necessidade da acção política do proletariado e da sua ditadura como transição para a abolição das classes e, com elas, do Estado, conforme já foi enunciado no *Manifesto Comunista* e repetido desde então inúmeras vezes. E se Mülberger, a partir do desdém dos alemães por Proudhon, deduz uma falta de entendimento destes do movimento românico «até à Comuna de Paris», que nos cite então, como prova dessa falta, um qualquer escrito numa língua românica que tenha compreendido e apresentado a Comuna de forma tão correcta, ou pelo menos quase tão correcta, como a *Mensagem do Conselho Geral da Internacional sobre a Guerra Civil em França*, escrita pelo alemão Marx.

O único país em que o movimento operário está directamente sob a influência dos «princípios» de Proudhon é a Bélgica, e é também precisamente por isso que o movimento belga, como diz Hegel, vai «do nada para o nada, através do nada»⁶³.

Se considero uma infelicidade o facto de os operários românicos, directa ou indirectamente, desde há vinte anos só se alimentarem espiritualmente de Proudhon, não me refiro com isso à dominação completamente mítica da receita reformadora de Proudhon — a que Mülberger chama «princípios» — mas ao facto de a sua crítica económica da sociedade existente estar contaminada pela maneira de dizer completamente falsa de Proudhon e a sua acção política estragada pela influência

proudhoniana. A questão sobre se, depois disso, são os «operários românicos proudhonizados» ou os alemães — que, em todo o caso, compreendem o socialismo científico alemão infinitamente melhor que os românicos o seu Proudhon — quem «está mais na revolução» só poderá ser por nós respondida depois de sabermos o que significa «**estar** na revolução». Tem-se ouvido falar de gente que está «no cristianismo, na verdadeira fé, na graça de Deus», etc. Mas «estar» na revolução, no mais violento dos movimentos? Será então «a revolução» uma religião dogmática, na qual se tem de acreditar?

Além disso, Mülberger censura-me por eu ter afirmado, contra as palavras expressas no seu trabalho, que ele declara ser a questão da habitação uma questão exclusivamente operária.

Desta vez, Mülberger tem, de facto, razão. Eu não tinha reparado na passagem em questão. E foi irresponsável da minha parte, pois ela é uma das mais características de toda a tendência da sua dissertação. Realmente, Mülberger diz com palavras secas:

*«Como nos fazem com tanta frequência a **ridícula** censura de que praticamos uma **política de classe**, que aspiramos a uma **dominação de classe** e outras coisas que tais, queremos começar por sublinhar expressamente que a questão da habitação de forma nenhuma respeita exclusivamente ao proletariado mas **pelo contrário** interessa de maneira bem destacada o estado médio propriamente dito, os artesãos, a pequena burguesia, toda a burocracia... a questão da habitação é precisamente aquele ponto das reformas sociais que parece mais apropriado que todos os outros para descobrir a **absoluta identidade interna dos interesses do proletariado**, por um lado, e das **classes médias da sociedade propriamente ditas**, por outro. As classes médias sofrem tão fortemente, talvez mesmo ainda mais fortemente do que o proletariado, sob as opressivas cadeias da habitação de aluguer... As classes médias da sociedade propriamente ditas estão hoje diante da questão de saber se encontrarão... a força suficiente... para, em aliança com o jovem e enérgico partido operário, intervirem no processo de transformação da sociedade, cujos **benefícios serão precisamente antes de mais para bem delas.**»*

Portanto, o amigo Mülberger afirma aqui o seguinte:

1. «Nós» não praticamos nenhuma «política de classe» e não aspiramos a nenhuma «dominação de classe». O Partido Operário Social-Democrata Alemão, precisamente **porque** é um **partido operário**, conduz necessariamente uma «política de classe», a política da classe operária. Como todo o partido político visa conquistar a dominação no Estado, assim também o Partido Operário Social-Democrata Alemão aspira necessariamente à sua dominação, a dominação da classe operária, portanto a uma «dominação de classe». De resto, **todo** o verdadeiro partido proletário, desde os cartistas ingleses, sempre apresentou a política de classe, a organização do proletariado como partido político autónomo, como primeira condição da luta e a ditadura do proletariado como seu objectivo próximo. Mülberger, ao considerar isto «ridículo», coloca-se fora do movimento proletário e dentro do socialismo pequeno-burguês.

2. A questão da habitação tem a vantagem de não ser uma questão exclusivamente operária mas uma questão que «interessa de maneira bem destacada» a pequena burguesia, na medida em que as «classes médias propriamente ditas» sofrem com ela «tão ou talvez ainda mais» que o proletariado. Se alguém afirma que a pequena burguesia sofre, mesmo que seja num único aspecto, «talvez ainda mais que o proletariado», esse alguém não poderá seguramente queixar-se de que o considerem entre os socialistas pequeno-burgueses. Mülberger tem, pois, fundamento para insatisfação quando eu digo:

«É sobretudo destes males comuns à classe operária e a outras classes, nomeadamente a pequena burguesia, que o socialismo pequeno-burguês, ao qual pertence também Proudhon, se ocupa com predilecção. E assim, não é de modo nenhum por acaso que o nosso proudhoniano alemão escolhe, antes de mais, a questão da habitação, que, como vimos, não é de forma nenhuma uma questão exclusivamente operária.»⁶⁴

3. Entre os interesses das «classes médias da sociedade propriamente ditas» e os do proletariado existe uma «absoluta identidade interna», e não é para bem do proletariado mas para o das classes médias propriamente ditas que os «benefícios» do actual processo de transformação da sociedade «serão precisamente antes de mais».

Portanto, os operários farão a actual revolução social «precisamente antes de mais» no interesse dos pequenos burgueses. E, além disso, existe uma absoluta identidade interna dos interesses dos pequenos burgueses com os do proletariado. Se os interesses dos pequenos burgueses são idênticos internamente aos dos operários, os dos operários também o são em relação aos dos pequenos burgueses. Assim, no movimento, o ponto de vista pequeno-burguês justifica-se tanto como o proletário. Ora, a afirmação desta igualdade de direitos é precisamente aquilo a que se chama socialismo pequeno-burguês.

E, portanto, é também totalmente consequente que Mülberger na p. 25 do seu folheto⁶⁵ celebre o «pequeno artesanato» como o «verdadeiro **pilar** da sociedade», «porque une na sua própria constituição os três factores: trabalho—aquisição—posse, porque na reunião destes três factores não opõe qualquer barreira à capacidade de desenvolvimento do indivíduo»; e que censura a indústria moderna nomeadamente por ter aniquilado este viveiro de pessoas normais e de «ter feito de uma **classe** vigorosa e que se reproduz sempre de novo uma **massa** inconsciente de pessoas que não sabe para onde voltar o seu olhar angustiado». Portanto, o pequeno burguês é para Mülberger o homem-modelo e o pequeno artesanato o modo de produção-modelo de Mülberger. Tê-lo-ei, portanto, caluniado quando o remeti para os socialistas pequeno-burgueses?

Como Mülberger declina toda a responsabilidade por Proudhon, seria supérfluo continuar a abordar aqui de que modo os planos de reforma de Proudhon visam transformar todos os membros da sociedade em pequenos burgueses e pequenos camponeses. Será igualmente desnecessário abordar a pretensa identidade dos interesses dos pequenos burgueses com os dos operários. Aquilo que é necessário encontra-se já no *Manifesto Comunista*. (Edição de Leipzig, 1872, pp. 12 e 21.)

Portanto, o resultado da nossa investigação é que, ao lado da «lenda do Proudhon pequeno burguês», aparece a realidade do Mülberger pequeno burguês.

II

Chegamos agora a um ponto principal. Censurei aos artigos de Mülberger o falsificarem à maneira de Proudhon as relações económicas mediante tradução delas para um modo de expressão jurídico. Como exemplo disso destaquei a seguinte frase de Mülberger:

«A casa, uma vez construída, serve como título jurídico eterno sobre uma certa fracção do trabalho social, mesmo que o valor real da casa já há muito tenha sido mais do que suficientemente pago ao proprietário na forma de aluguer. Acontece assim que uma casa construída, p. ex., há cinquenta anos possa, durante esse tempo, com a receita do seu aluguer, cobrir duas, três, cinco, dez vezes, etc, o seu preço de custo original.»⁶⁶

Mülberger queixa-se agora:

«Esta simples e sóbria constatação de um facto leva Engels a pretender ensinar-me que eu deveria ter explicado como a casa se torna "título jurídico" — coisa que estava totalmente fora do âmbito da minha tarefa... Descrição é uma coisa e explicação é outra. Se eu, seguindo Proudhon, disser que a vida económica da sociedade deveria estar penetrada de uma ideia de direito, estarei, desse modo, a descrever a sociedade de hoje como uma sociedade em que, de facto, não falta toda a ideia de direito, mas a ideia de direito da revolução, facto que o próprio Engels aceitará.»

Detenhamo-nos, para já, na casa uma vez construída. A casa, quando alugada, proporciona ao seu construtor, sob a figura de aluguer, uma renda fundiária, custos de reparação e juro sobre o capital investido na construção, incluindo o lucro com ele obtido, e, consoante as condições, a soma dos alugueres cobrados pode perfazer duas, três, cinco ou dez vezes o preço de custo original. Isto, amigo Mülberger, é a «simples e sóbria constatação» do «facto», que é económico; e, se quisermos saber como «acontece assim» ele existir, teremos de conduzir a investigação no campo económico. Analisemos, pois, o facto um pouco mais de perto, para que nem sequer uma criança possa continuar a equivocar-se. Como se sabe, a venda de uma mercadoria consiste no facto de o proprietário ceder o seu valor de uso e receber o seu valor de troca. Os valores de uso das mercadorias distinguem-se, entre outras coisas, também pelo facto de o seu consumo exigir períodos de tempo diversos. Um pão consome-se num dia, um par de calças gasta-se num ano, uma casa, digamos, em cem anos. No caso, portanto, de mercadorias com um longo período de desgaste, surge a possibilidade de vender o seu valor de uso por partes, de cada vez por um tempo determinado, i. e., de o **alugar**. Assim, a venda por partes só realiza o valor de troca aos poucos; por esta renúncia ao reembolso instantâneo do capital investido e do respectivo lucro, o vendedor é indemnizado através de um aumento de preço, um juro cujo montante é determinado de forma absolutamente não arbitraria pelas leis da economia política. Ao fim dos cem anos, a casa está consumida, gasta, tornou-se inabitável. Se, então, deduzirmos do total de alugueres recebidos: 1. a renda fundiária e o eventual aumento que ela tenha sofrido durante esse tempo; e 2. os custos de reparação, descobriremos que, em média, o restante é composto pelo seguinte: 1. capital original de construção da casa; 2. lucro respectivo, e 3. juro do capital a pouco e pouco vencido e do lucro. E certo que, no final deste espaço de tempo, o inquilino não tem casa nenhuma, mas o proprietário também não. Este tem apenas o terreno (se ele lhe pertencer) e os materiais de construção que nele se encontrem, mas que já não constituem uma casa. E, se a casa, entretanto, «tiver coberto cinco ou dez vezes o preço de custo original», veremos que isto exclusivamente se deve a um aumento da renda fundiária, o que não é segredo para ninguém em sítios como Londres, onde, na maioria dos casos, o dono do terreno e o proprietário da casa são duas pessoas diferentes. Esses aumentos colossais dos alugueres acontecem em cidades que crescem rapidamente, mas não numa aldeia agrícola, onde a renda fundiária para construção se mantém quase inalterada. Na verdade é um facto notório que, abstraindo dos aumentos da renda fundiária, os alugueres não proporcionem ao proprietário da casa, em média, mais do que 7 por cento ao ano sobre o capital investido (incluindo lucro), dos quais há ainda que descontar os custos de reparação, etc. Em resumo, o contrato de arrendamento é uma transacção mercantil perfeitamente normal que, teoricamente, não tem para o operário nem mais nem menos interesse do que qualquer outra transacção mercantil, salvo quando se trata da compra e venda da força de trabalho, em que, na prática, ele se defronta com uma das mil

formas da intrujice burguesa de que falo na página 4⁶⁷ do folheto, mas que, conforme aí demonstro, também estão sujeitas a uma regulamentação económica.

Mülberger, pelo contrário, não vê no contrato de arrendamento senão puro «arbítrio» (p. 19 do folheto) e, quando eu lhe provo o contrário, queixa-se de que lhe digo «só coisas que, infelizmente, ele já sabia».

Não é, porém, com todas as investigações económicas acerca dos alugueres que chegaremos a transformar a abolição da habitação de aluguer em «uma das mais fecundas e grandiosas aspirações nascidas no seio da ideia revolucionária». Para chegar a isso, temos de traduzir este simples facto da economia prosaica para ajurisdice já muito mais ideológica. «A casa serve de título jurídico eterno» sobre os alugueres — e «**assim acontece**» o valor da casa poder ser pago, em alugueres, duas, três, cinco ou dez vezes. Para ver como «acontece», o «título jurídico» não nos ajuda a avançar nem um passo, e por isso eu disse que Mülberger só através da investigação de como a casa se torna título jurídico poderia ver **como** «acontece». Só veremos isto se, tal como eu fiz, investigarmos a natureza **económica** do aluguer, em vez de nos irritarmos acerca da expressão jurídica com que a classe dominante o sanciona. — Quem propõe medidas económicas para a abolição do aluguer é naturalmente obrigado a saber algo mais acerca do aluguer do que apenas que ele «representa o tributo que o inquilino paga ao eterno direito do capital». Mülberger responde a isso: «Descrição é uma coisa e explicação é outra.»

Portanto, transformámos a casa num título jurídico eterno sobre o aluguer, embora ela de forma nenhuma seja eterna. Descobrimos que, independentemente de como «acontece», a casa, graças a esse título jurídico, proporciona várias vezes o seu valor, sob a figura do aluguer. Mediante a tradução para o jurídico, ficamos felizmente tão afastados da economia que já só vemos o fenómeno de uma casa poder fazer-se pagar gradualmente várias vezes, por meio do aluguer bruto. Como estamos a pensar e a falar juridicamente, aplicamos a esse fenómeno a medida do direito, da justiça, e descobrimos que ele é **injusto**, que ele não corresponde à «ideia de direito da revolução», seja isso o que for, e que, por isso, o título jurídico não serve para nada. Descobrimos ainda que acontece o mesmo com o capital que rende juros e com a terra agrícola arrendada, e temos agora o pretexto para separar estas classes de propriedade das outras e submetê-las a um tratamento excepcional. Isto consiste na seguinte reivindicação: 1. retirar ao proprietário o direito de rescindir o contrato, o direito de exigir a devolução da sua propriedade; 2. deixar ao inquilino, ao que toma de empréstimo ou ao arrendatário o usufruto, sem indemnização, do objecto que lhe é transmitido, embora não lhe pertença, e 3. reembolsar o proprietário em prestações mais espaçadas sem juros. E deste modo esgotámos, por este lado, os «princípios» de Proudhon. É esta a «liquidação social» de Proudhon.

Note-se incidentemente: é óbvio que todo este plano de reformas deve ser quase exclusivamente para bem dos pequenos burgueses e pequenos camponeses de modo a **consolidá-los** na sua posição de pequenos burgueses e pequenos camponeses. Portanto, a figura lendária, segundo Mülberger, do «Proudhon pequeno burguês» recebe aqui, subitamente, uma existência histórica muito tangível.

Mülberger continua:

*«Se eu, seguindo Proudhon, disser que a vida económica da sociedade deveria estar penetrada de uma **ideia de direito**, estarei, desse modo, a **descrever** a sociedade de hoje como uma sociedade em que, de facto, não falta toda a ideia de direito mas a ideia de direito da revolução, facto que o próprio Engels aceitará.»*

Infelizmente não me é possível este favor a Mülberger. Mülberger diz que a sociedade **deveria** estar penetrada de uma ideia de direito e chama a isto uma descrição. Se um tribunal me envia por um oficial de diligências a intimação para pagar uma dívida, segundo Mülberger ele não estará a fazer mais do que **descrever**-me como uma pessoa que não paga as suas dívidas! Descrição é uma coisa, exigência é outra. E é precisamente aqui que reside a diferença essencial entre o socialismo científico alemão e Proudhon. Nós descrevemos — e toda a descrição real é, pese a Mülberger, simultaneamente explicação da coisa — as relações económicas como elas são e como se desenvolvem e apresentamos, de um modo estritamente económico, a prova de que este seu desenvolvimento é simultaneamente o desenvolvimento dos elementos de uma revolução social: o desenvolvimento, por um lado, de uma classe cuja situação de vida a empurra necessariamente para a revolução social, a do proletariado; por outro lado, o desenvolvimento das forças produtivas que, transbordando o âmbito da sociedade capitalista, a fazem necessariamente rebentar e que, ao mesmo tempo, proporcionam os meios para eliminar as diferenças de classe de uma vez por todas no interesse do próprio progresso social. Pelo contrário, Proudhon coloca à sociedade de hoje a exigência de se remodelar não segundo as leis do seu próprio desenvolvimento económico mas segundo as prescrições da justiça (a «**ideia** de direito» não lhe pertence a ele, mas a Mülberger). Onde nós demonstramos, Proudhon **prega** e lamenta, e com ele Mülberger.

É-me absolutamente impossível adivinhar o que seja «a ideia de direito da revolução». Proudhon, é certo, faz «**da** revolução» uma espécie de deusa, portadora e executora da sua «justiça», embora ao fazê-lo caia então no estranho erro de misturar a revolução burguesa de 1789-1794 e a futura revolução proletária. Faz isto em quase todas as suas obras, particularmente desde 1848; como exemplo, aponto apenas: *Idée générale de la révolution*⁶⁸, ed. 1868, pp. 39 e 40. Como, porém, Mülberger recusa toda e qualquer responsabilidade por Proudhon, fico impedido de recorrer a este para explicar «a ideia de direito da revolução» e continuo, assim, em profunda escuridão.

Mülberger diz mais adiante:

*«Mas nem Proudhon nem eu apelamos para uma "justiça eterna" a fim de **explicar** a situação injusta existente ou mesmo, como Engels me imputa, a fim de esperar do apelo para essa justiça a melhoria dessa situação.»*

Mülberger tem de contar com o facto de que «Proudhon, na Alemanha, é em geral praticamente desconhecido». Em todos os seus escritos, Proudhon mede todas as proposições sociais, jurídicas, políticas e religiosas pelo padrão da «justiça», repudiando-as ou reconhecendo-as conforme elas estejam ou não de acordo com aquilo a que chama «justiça». Nas *Contradictions économiques*⁶⁹, esta justiça chama-se ainda «justiça eterna», *justice éternelle*. Mais tarde, a eternidade é silenciada, embora a coisa se mantenha. P. ex., em *De la justice dans la révolution et dans l'église*⁷⁰, edição de 1858, a passagem seguinte resume o texto de todo o sermão em três volumes (volume I, página 42):

*«Qual é o princípio fundamental, o princípio orgânico, regulador, soberano das sociedades, o princípio que, subordinando a si todos os outros, rege, protege, rechaça, castiga e mesmo asfixia, se necessário, os elementos rebeldes? Será a religião, o ideal, **o interesse**?... Este princípio, em minha opinião, é a **justiça**. — O que é a justiça? **A própria essência da humanidade**. Que tem ela representado desde o começo do mundo? Nada. — Que deveria ela ser? Tudo.»*

Uma justiça que é essência da própria humanidade: que é isto senão a justiça **eterna**? Uma justiça que é o princípio fundamental, orgânico, regulador, soberano, das sociedades e que, no entanto, até agora não foi nada mas deve ser tudo: que é ela senão o padrão pelo qual se devem medir todas as coisas humanas e para quem se tem de apelar como juiz decisivo, em todos os casos de conflito? E terei eu afirmado qualquer outra coisa a não ser que Proudhon encobre a sua ignorância económica e impotência julgando todas as relações económicas não segundo as leis económicas mas sim consoante elas estejam ou não de acordo com a sua representação dessa justiça eterna? E de que forma se diferencia Mülberger de Proudhon se Mülberger exige que «todas as transformações na vida da sociedade moderna» estejam «... penetradas de uma **ideia de direito**, i. e., sejam por toda a parte realizadas segundo as **estritas exigências da justiça**»! Será que eu não sei ler ou que Mülberger não sabe escrever?

Mülberger diz mais adiante:

«Proudhon sabe tão bem como Marx e Engels que o verdadeiro motor na sociedade humana são as relações económicas e não as jurídicas, e sabe também que as respectivas ideias de direito de um povo são apenas a expressão, a reprodução, o produto das relações económicas — especialmente das relações de produção... Numa palavra, o direito é para Proudhon um produto económico formado historicamente.»

Se Proudhon sabe isto (vou deixar passar esta obscura expressão de Mülberger e aceitar a sua boa vontade), se Proudhon sabe isto tudo «tão bem como Marx e Engels», como podemos então polemizar ainda? Mas o caso já é algo diferente no que se refere à ciência de Proudhon. As relações económicas de uma dada sociedade apresentam-se, antes de mais, como **interesses**. Ora Proudhon diz com palavras secas, na passagem que acabámos de citar da sua obra principal, que o «princípio fundamental, regulador, orgânico e soberano das sociedades que subordina a si todos os outros» não é o **interesse**, mas a **justiça**. E repete o mesmo em todas as passagens decisivas de todas as suas obras. O que não impede Mülberger de continuar a dizer:

*«... que a ideia do direito económico, tal como está mais profundamente desenvolvida por Proudhon em *La guerre et la paix*⁷¹, coincide completamente com as ideias fundamentais de Lassalle, tão belamente expostas no seu prefácio ao Sistema dos Direitos Adquiridos».*

La guerre et la paix é talvez a mais incipiente das muitas obras incipientes de Proudhon, mas o que eu nunca podia esperar era que ela fosse apresentada como prova da sua pretensa compreensão da concepção materialista alemã da História, que explica todas as representações e acontecimentos históricos, toda a política, filosofia e religião a partir das condições de vida materiais, económicas, do período histórico em questão. O livro é tão pouco materialista que não consegue sequer aprontar a sua construção da guerra sem pedir a ajuda do **criador**:

«No entanto, o criador, que escolheu para nós este modo de vida, tem os seus motivos.» (Vol. II, p. 100 da edição de 1869.)

Os conhecimentos históricos em que se fundamenta têm como princípio a crença na existência histórica da Idade de Ouro:

«No começo, quando a humanidade estava ainda dispersa sobre a Terra, a natureza provia sem esforço às suas necessidades. Era a Idade de Ouro, da abundância e da paz.» (Ibidem, p. 102.)

O seu ponto de vista económico é o do mais crasso malthusianismo:

«Se se duplicar a produção, em breve acontecerá o mesmo à população.» (P. 106.)

E em que consiste então o materialismo do livro? No facto de afirmar que «o pauperismo» (p. ex., página 143) foi desde sempre e continua a ser a causa da guerra. O tio Bräsig foi um materialista igualmente bem-sucedido quando, no seu discurso de 1848, proferiu serenamente esta grande frase: A causa da grande pobreza é a grande *pauvreté*⁷².

O *Sistema dos Direitos Adquiridos* de Lassalle está preso não só em toda a ilusão do jurista mas também na do velho hegeliano. Lassalle declara expressamente na p. VII que também «no **económico** o conceito de direito adquirido é a fonte motriz de todo o desenvolvimento ulterior», quer demonstrar (p. XI) que «o direito é um organismo racional, que se desenvolve **a partir de si próprio**» (isto é, não a partir de condições prévias económicas); trata-se para ele de deduzir o direito não a partir de relações económicas mas a partir do «próprio conceito de vontade, de que a filosofia do direito é apenas desenvolvimento e exposição» (p. XII). A que propósito vem, portanto, este livro? A diferença entre Proudhon e Lassalle é apenas que Lassalle foi um verdadeiro jurista e hegeliano, e Proudhon um puro diletante na jurisdição e na filosofia como em todas as outras coisas.

Sei muito bem, que Proudhon, que, como se sabe, se contradiz continuamente, também faz uma vez por outra afirmações em que parece explicar ideias a partir de factos. Semelhantes afirmações são, porém, irrelevantes em relação à orientação geral do pensamento do nosso homem e, lá onde aparecem, são além disso extremamente confusas e em si inconsequentes.

Numa dada etapa, muito primitiva, do desenvolvimento da sociedade faz-se sentir a necessidade de abarcar numa regra comum os actos que se repetem todos os dias relacionados com a produção, a distribuição e a troca dos produtos, a necessidade de cuidar de que cada pessoa se submeta às condições gerais de produção e de troca. Esta regra, primeiramente um costume, em breve se torna **lei**. Com a lei surgem necessariamente órgãos encarregados da sua manutenção: o poder público, o Estado. Com a continuação do desenvolvimento social, a lei vai-se constituindo e transformando numa legislação mais ou menos vasta. Quanto mais complexa se torna esta legislação mais a sua forma de expressão se afasta daquela em que se expressam as condições económicas habituais de vida da sociedade. Ela aparece como um elemento autónomo que vai buscar a justificação da sua existência e a fundamentação do seu desenvolvimento não às relações económicas, mas a razões próprias, internas, digamos, ao «conceito de vontade». Os homens esquecem a descendência do seu direito das suas condições económicas de vida, tal como esqueceram a sua própria descendência do reino animal. Com o crescimento da legislação num vasto e complexo conjunto surge a necessidade de uma nova divisão social do trabalho; forma-se uma ordem de juristas profissionais, e com estes surge a ciência jurídica. No seu ulterior desenvolvimento, esta compara os sistemas jurídicos de diferentes povos e diferentes épocas uns com os outros, não como reproduções das relações económicas de então mas como sistemas que encontram a sua fundamentação em si próprios. A comparação pressupõe algo de comum; e isso encontra-se, na medida em que os juristas classificam como **direito natural** aquilo que há mais ou menos de comum em todos esses sistemas jurídicos. Porém, o padrão pelo qual se mede o que é e o que não é direito natural é precisamente a expressão mais abstracta do próprio direito: a **justiça**. A partir de agora, portanto, o desenvolvimento do direito passa a ser, para os juristas e para aqueles que neles acreditam à letra, apenas o esforço no sentido de aproximar continuamente as situações humanas, na medida em que se expressarem juridicamente, do ideal da justiça, da justiça **eterna**. E esta justiça é sempre só a expressão ideologizada, celestializada, das relações económicas existentes, ora segundo o seu lado conservador ora segundo o seu lado revolucionário. A justiça dos gregos e dos romanos achava justa a escravatura; a justiça dos burgueses de 1789 exigiu a supressão do feudalismo por ele ser injusto.

Para o *Junker* prussiano, até o podre regulamento municipal⁷³ é uma violação da justiça eterna. A representação de justiça eterna varia, pois, não só conforme o tempo e o lugar mas até conforme as pessoas, e faz parte das coisas que, como Mülberger correctamente observa, «cada um entende de forma algo diferente». Se na vida corrente, com a simplicidade das relações que nela se têm de julgar, expressões como justo, injusto, justiça, sentimento do direito se aceitam sem mal-entendidos, mesmo em relação a coisas sociais, já nas investigações científicas sobre relações económicas essas expressões causam, conforme vimos, a mesma desesperada confusão que surgiria, por exemplo, na química de hoje se se quisesse manter o modo de expressão da teoria flogística. A confusão torna-se ainda pior se, como Proudhon, se acreditar nesse flogisto social, a «justiça», ou se, como Mülberger, se protestar que ela mantém a sua completa correcção com o flogisto não menos do que com o oxigénio⁷⁴.

III

Mülberger queixa-se ainda de eu chamar ao seu «enfático» desabafo —

«não há escárnio mais terrível para toda a cultura do nosso famoso século do que o facto de, nas grandes cidades, 90% e mais da população não tem qualquer lugar a que possa chamar seu»

— uma jeremiada reaccionária. Sem dúvida. Se Mülberger se tivesse limitado, como pretende, a descrever o «horror do presente», certamente que eu não teria dito nada de mal «dele e das suas modestas palavras». Ele faz, porém, algo totalmente diferente. Descreve esse «horror» como **efeito** do facto de os operários «não terem qualquer lugar a que possam chamar seu». Se alguém se queixa do «horror do presente» em virtude de ter sido abolida a propriedade dos operários sobre a sua casa, ou, como o fazem os *Junker*, em virtude de terem sido abolidos o feudalismo e as corporações, em ambos os casos nada pode resultar senão uma jeremiada reaccionária, um canto de lamento ante a irrupção do inevitável, do historicamente necessário. O reaccionário está precisamente em Mülberger querer restaurar a propriedade individual dos operários sobre a casa, coisa que a história lançou há muito pela borda fora, e em ele não conseguir pensar a libertação dos operários de outro modo a não ser voltando a fazer de cada um proprietário da sua casa.

Mais adiante:

«Declaro categoricamente que a luta propriamente dita é contra o modo de produção capitalista e que só a partir da sua modificação se pode esperar uma melhoria das condições de habitação. Engels não vê nada disto... eu pressuponho a completa solução da questão social para poder avançar para o resgate da habitação de aluguer.»

Infelizmente, ainda hoje continuo a não ver nada disso. Contudo, é-me impossível saber aquilo que alguém de quem eu nem sequer conhecia o nome pressupõe num remoto recanto do seu cérebro. Eu apenas posso ater-me aos artigos de Mülberger publicados. E neles ainda hoje continuo a encontrar que Mülberger (páginas 15 e 16 do folheto⁷⁵), para poder avançar para o resgate da habitação de aluguer, não pressupõe senão... a habitação de aluguer. Só na página 17 ele «agarra a produtividade do capital pelos cornos», assunto de que voltaremos a falar. E mesmo na sua resposta ele confirma isto, ao dizer:

«Tratava-se sobretudo de mostrar como, a partir das relações existentes, poderia ser realizada uma modificação completa na questão da habitação.»

Partir das relações existentes e partir da modificação (leia-se abolição) do modo de produção capitalista são coisas totalmente opostas.

Não admira que Mülberger se queixe de eu ver nos filantrópicos esforços do senhor Dollfus e de outros fabricantes para ajudar os operários a terem casas próprias a única realização prática possível dos seus projectos proudhonianos. Se ele compreendesse que o plano de Proudhon para salvação da sociedade é uma fantasia que se move totalmente no terreno da sociedade **burguesa**, é evidente que não acreditaria nisso. Nunca e em lado nenhum duvidei da sua boa vontade. Mas porque elogia ele então o Dr. Reschauer pelo facto de este propor ao conselho municipal de Viena a imitação dos projectos de Dollfus?

Mülberger declara mais adiante:

*«No que respeita especialmente à oposição entre cidade e campo, conta-se entre as utopias querer suprimi-la. Esta é uma oposição natural, ou, com mais exactidão, formada historicamente... Não se trata de **suprimir** esta oposição mas de encontrar formas políticas e sociais nas quais ela seja **inofensiva** e mesmo **frutuosa**. Desta maneira é de esperar uma compensação pacífica, um gradual equilíbrio dos interesses.»*

Portanto, a supressão da oposição entre cidade e campo é uma utopia **porque** esta oposição é uma oposição natural ou, com mais exactidão, formada historicamente. Se aplicarmos esta lógica a outras oposições da sociedade moderna veremos onde ela nos leva. P. ex.:

«No que respeita especialmente à oposição entre» capitalistas e operários assalariados, «é uma utopia querer suprimi-la. Esta oposição é uma oposição natural, ou, com mais exactidão, formada historicamente. Não se trata de **suprimir** esta oposição mas de encontrar formas políticas e sociais nas quais ela seja **inofensiva** e mesmo **frutuosa**. Desta maneira é de esperar uma compensação pacífica, um gradual equilíbrio dos interesses».

Com o que chegamos de novo a Schulze-Delitzsch.

A supressão da oposição entre cidade e campo não é nem mais nem menos uma utopia do que a supressão da oposição entre capitalistas e operários assalariados. Ela torna-se cada vez mais, de dia para dia, uma exigência prática da produção tanto industrial como agrícola. Ninguém a exigiu mais energicamente do que Liebig nos seus escritos acerca da química da agricultura onde a sua primeira exigência foi sempre que o homem devolvesse à terra o que dela recebe e onde demonstra que isso só a existência das cidades, nomeadamente das grandes cidades, o impede. Quando vemos que, só

aqui em Londres, se deita diariamente ao mar, com gastos enormes, uma quantidade de adubos superior à produzida em todo o reino da Saxónia e que colossais instalações se tornam necessárias para impedir que esses adubos envenenem toda a cidade de Londres, a utopia da abolição da oposição entre cidade e campo adquire uma curiosa base prática. E mesmo a relativamente insignificante cidade de Berlim se afoga desde há pelo menos trinta anos nos seus próprios lixos. Por outro lado, é pura utopia querer, como Proudhon, revolucionar a actual sociedade burguesa e conservar o camponês como tal. Só uma repartição tanto quanto possível uniforme da população por todo o país, só uma ligação íntima entre a produção industrial e a produção agrícola, além da extensão, que assim se torna necessária, dos meios de comunicação — e pressupondo a abolição do modo de produção capitalista — é capaz de arrancar a população rural do isolamento e do embrutecimento em que vegeta, quase sem alterações, desde há milénios. A utopia não está em afirmar-se que a libertação do homem das cadeias forjadas pelo seu passado histórico só será completa quando estiver abolida a oposição entre cidade e campo; a utopia só surge quando alguém ousa, «a partir das relações existentes», prescrever a **forma** na qual esta ou qualquer outra oposição da sociedade actual deve ser resolvida. E isto é o que faz Mülberger na medida em que se apropria da fórmula de Proudhon para a solução da questão da habitação.

Mülberger queixa-se depois de que eu o faço, em certa medida, co-responsável pelas «monstruosas concepções de Proudhon acerca do capital e do juro», e diz:

*«Suponho como **dada** a alteração das relações de produção, e a lei de transição que regula a taxa de juro tem por objecto não as relações de produção mas as transacções sociais, as relações de circulação... A alteração das relações de produção, ou, como a escola alemã diz com mais exactidão, a abolição do modo de produção capitalista, não resulta, naturalmente, como Engels me atribui, de uma lei de transição que suprima o juro mas da **apropriação efectiva de todos os instrumentos de trabalho**, do apossamento de toda a indústria por parte de todo o povo trabalhador. Se, nesta matéria, o povo trabalhador se inclinará» (!) «mais para o resgate ou mais para a apropriação imediata, é uma questão que não cabe a Engels nem a mim decidir.»*

Tenho de esfregar os olhos, de espanto. Leio mais uma vez a dissertação de Mülberger do princípio ao fim para encontrar a passagem onde ele declara que o seu resgate da habitação de aluguer pressupõe como terminada a «apropriação efectiva de todos os instrumentos de trabalho, o apossamento de toda a indústria por parte de todo o povo trabalhador». Não encontro a passagem. Ela não existe. Em parte nenhuma se fala de «apropriação efectiva», etc. Em contrapartida, diz-se na p. 17:

*«Suponhamos então que a produtividade do capital era **realmente** agarrada **pelos cornos**, conforme mais cedo ou mais tarde terá de acontecer, **através**, p. ex., **de uma lei de transição que fixe o juro de todos os capitais numa dada percentagem**, mas com tendência a aproximar também essa percentagem cada vez mais do ponto zero... Como todos os outros produtos, também as casas e habitações são naturalmente abrangidas no âmbito dessa lei... Vemos, portanto, que, por este lado, o resgate da habitação de aluguer **aparece necessariamente como uma consequência da abolição da produtividade do capital em geral.**»*

Portanto, em total oposição com a mais recente viragem de Mülberger, diz-se aqui em palavras secas que a produtividade do capital, frase confusa pela qual ele confessadamente entende o modo de produção capitalista, seria realmente «agarrada pelos cornos» por meio da lei de abolição do juro e que, precisamente em consequência dessa lei, «o resgate da habitação de aluguer aparece necessariamente como uma consequência da abolição da produtividade do capital em geral». De modo nenhum, diz agora Mülberger. Aquela lei de transição tem «por objecto não as relações de **produção** mas as relações de **circulação**». Perante esta total contradição — que, como diria

Goethe, é «tão misteriosa para os sábios como para os tolos»⁷⁶ — só me resta supor que estou a discutir com dois Mülbergers totalmente distintos, um dos quais se queixa com razão de eu lhe «atribuir» aquilo que o outro mandou publicar.

O que está seguramente certo é que o povo trabalhador não perguntará nem a mim nem a Mülberger se, ao fazer a apropriação efectiva, «se inclinará mais para o resgate ou mais para a expropriação imediata». Preferirá, com toda a probabilidade, não se «inclinara» absolutamente nada. Mas aquilo de que se tratava não era de forma nenhuma a apropriação efectiva de todos os instrumentos de trabalho pelo povo trabalhador mas apenas a afirmação de Mülberger (p. 17) de que «todo o conteúdo da solução da questão da habitação» residiria «na palavra **resgate**». Se ele agora considera esse resgate extremamente duvidoso, para que havemos de dar-nos e aos leitores todo este trabalho inútil?

De resto, temos de constatar que a «apropriação efectiva» de todos os instrumentos de trabalho, o apossamento de toda a indústria por parte de todo o povo trabalhador, é precisamente o contrário do «resgate» proudhoniano. Neste último caso, **cada operário** torna-se proprietário da habitação, da quinta, do instrumento de trabalho; no primeiro caso é o «povo trabalhador» que fica como proprietário colectivo das casas, fábricas e instrumentos de trabalho, e dificilmente o seu usufruto, pelo menos durante um período de transição, será dado a indivíduos ou a sociedades sem indemnização dos gastos. Tal como a abolição da propriedade fundiária não é a abolição da renda fundiária, mas a sua transferência para a sociedade, ainda que de maneira modificada. A apropriação efectiva de todos os instrumentos de trabalho pelo povo trabalhador não exclui, portanto, de maneira nenhuma, a manutenção da relação de aluguer. Não se trata, em absoluto, de saber se o proletariado, quando chegar ao poder, tomará posse por meios violentos dos instrumentos de produção, matérias-primas e meios de vida, se pagará de imediato uma indemnização por isso ou se resgatará a sua propriedade por meio de um lento pagamento em prestações. Pretender responder a tal questão com antecipação e para todos os casos seria fabricar utopias, e essa tarefa deixo-a a outros.

IV

Foi preciso tanta papelada escrita para finalmente chegar, através de todos os subterfúgios e sinuosidades de Mülberger, à própria coisa, que Mülberger, na sua resposta, evita cuidadosamente tocar.

Que tinha Mülberger dito de positivo na sua dissertação?

Primeiro, que «a diferença entre o preço de custo original de uma casa, terreno, etc, e o seu valor actual» pertenceria por direito à sociedade. Esta diferença chama-se, em linguagem económica, renda fundiária. Proudhon quer igualmente atribuir esta à sociedade, conforme se pode ler em *Idée générale de la révolution*, edição de 1868, p. 219.

Segundo, que a solução da questão da habitação consistiria em cada um se tornar proprietário, em vez de inquilino, da sua habitação.

Terceiro, que esta solução se leva a cabo por meio de uma lei que transforme os pagamentos do aluguer em prestações do preço de compra da habitação. — Estes pontos 2 e 3 são ambos tomados de Proudhon, conforme qualquer pessoa pode ver em *Idée générale de la révolution*, p. 199 e seguintes, e onde se encontra até já redigido, na p. 203, o projecto de lei em questão.

Quarto, que a produtividade do capital é agarrada pelos cornos por uma lei de transição através da qual a taxa de juro é provisoriamente reduzida para 1 por cento, sendo possível uma nova redução mais tarde. Isto é igualmente tomado de Proudhon, conforme se pode ler pormenorizadamente em *Idée générale*, pp. 182-186.

Em cada um destes pontos citei a passagem de Proudhon em que se encontra o original da cópia de Mülberger e pergunto agora se tinha ou não razão em chamar proudhoniano ao autor de um artigo que contém concepções totalmente proudhonianas e nada mais que concepções proudhonianas. E, no entanto, Mülberger de nada se queixa tão amargamente como de eu lhe chamar isso, porque «dei com algumas **maneiras de dizer** que são próprias de Proudhon»! Pelo contrário. As «maneiras de dizer» pertencem todas a Mülberger, o **conteúdo** pertence a Proudhon. E se eu então completo a dissertação proudhoniana com Proudhon, Mülberger queixa-se de eu lhe atribuir as «monstruosas concepções» de Proudhon!

Ora que contrapus eu a esse plano proudhoniano?

Primeiro, que a transferência da renda fundiária para o Estado é sinónimo da abolição da propriedade fundiária individual.

Segundo, que o resgate da habitação de aluguer e a transferência da propriedade da habitação para o até então inquilino em nada toca o modo de produção capitalista.

Terceiro, que, com o desenvolvimento actual da grande indústria e das cidades, esta proposta é tão absurda como reaccionária e que o restabelecimento da propriedade individual de cada um sobre a sua habitação seria um passo atrás.

Quarto, que a redução forçada do juro do capital de modo nenhum ataca o modo de produção capitalista e que, pelo contrário, como o provam as leis sobre a usura, é tão arcaica como impossível.

Quinto, que com a abolição do juro do capital de modo nenhum fica abolido o aluguer das casas.

Mülberger concorda agora com os pontos 2 e 4. Contra os outros pontos não diz uma palavra. E, no entanto, são precisamente esses os pontos de que se trata no debate. Mas a resposta de Mülberger não é uma refutação; ela evita cuidadosamente todos os pontos económicos, que são, de facto, os decisivos; ela é uma queixa pessoal, nada mais. Assim, ele queixa-se quando eu me antecipo à sua anunciada solução de outras questões, como, p. ex., dívidas públicas, dívidas privadas, crédito, e digo que a solução é em toda a parte a mesma que a da questão da habitação: o juro é abolido, o pagamento de juros é transformado em entregas por conta do montante do capital e o crédito é tornado gratuito. No entanto, ainda hoje apostaria que, se estes artigos de Mülberger virem a luz do dia, o seu conteúdo essencial estará de acordo com a *Idée générale* de Proudhon (para o crédito, p. 182; para a dívida pública, p. 186; para as dívidas privadas, p. 196), tal como os artigos sobre a questão da habitação concordam com as passagens já citadas do mesmo livro.

Nesta ocasião, Mülberger ensina-me que estas questões relativas a impostos, dívidas públicas, dívidas privadas e crédito, a que se acrescenta agora a autonomia das comunas, são da máxima importância para o camponês e para a propaganda no campo. Em grande parte, estou de acordo; mas, primeiro, até agora ainda não se tinha falado dos camponeses e, segundo, as «soluções» de Proudhon para todas estas questões são economicamente tão absurdas e tão essencialmente burguesas como a sua solução para a questão da habitação. Contra a insinuação de Mülberger de que não reconheço a necessidade de integrar os camponeses no movimento, não sou eu que preciso de me defender. Mas, de facto, considero tolice recomendar aos camponeses, para esse fim, a

medicina milagreira de Proudhon. Na Alemanha continua ainda a existir muita grande propriedade fundiária. Segundo a teoria de Proudhon, todas elas deveriam ser repartidas em pequenas quintas, o que, no estágio actual da ciência da agricultura e depois das experiências levadas a cabo em França e no Oeste da Alemanha com a propriedade fundiária parcelar, seria francamente reaccionário. A grande propriedade fundiária ainda existente oferecer-nos-á, pelo contrário, uma boa oportunidade de praticar a agricultura em grande escala, única forma de se poder aplicar todos os recursos modernos, máquinas, etc, com os trabalhadores associados e desse modo, por meio da associação, mostrar claramente aos pequenos camponeses as vantagens da grande empresa. Os socialistas dinamarqueses, que a este respeito vão à frente de todos os outros, há muito que compreenderam isto.

Tão-pouco preciso de me defender da acusação de que as infames condições actuais de habitação dos operários me pareceriam uma «minúcia». Tanto quanto sei, fui eu o primeiro a descrever em língua alemã essas condições na sua forma desenvolvida clássica, tal como existem em Inglaterra; e não, como Mülberger julga, porque «firmam o meu **sentimento de direito**» — quem quisesse transformar em livro todos os factos que ferem o seu sentimento de direito teria muito que fazer — mas, conforme se pode ler no prefácio do meu livro⁷⁷, para dar ao socialismo alemão, que então nascia e girava em volta de frases vazias, uma base factual, por meio da descrição das condições sociais criadas pela grande indústria moderna. Mas de forma nenhuma me ocorre querer resolver a chamada **questão** da habitação, tal como me não ocupo com os pormenores da solução da **questão da alimentação**, que é ainda mais importante. Fico satisfeito se puder demonstrar que a produção da nossa sociedade moderna chega para proporcionar alimentação suficiente a todos os membros da sociedade e que existem casas suficientes para oferecer provisoriamente alojamento espaçoso e são às massas trabalhadoras. Especular sobre como uma sociedade futura regulará a repartição da alimentação e das habitações conduz directamente à **utopia**. Poderemos, no máximo, a partir da compreensão das condições fundamentais de todos os modos de produção que existiram até hoje, afirmar que, com a queda da produção capitalista, se tornarão impossíveis certas formas de apropriação da sociedade de até agora. Mesmo as medidas de transição terão por toda a parte de se orientar segundo as condições existentes no momento, sendo em países de pequena propriedade fundiária essencialmente diferentes das de países de grande propriedade, etc. Ninguém melhor do que o próprio Mülberger nos mostra aonde se chega quando se procura soluções isoladas para as questões práticas mencionadas, como a questão da habitação e outras. É ele que leva 28 páginas para explicar como «todo o conteúdo da solução para a questão da habitação residiria na palavra **resgate**» para depois, quando alguém o ataca, balbuciar embaraçado que, de facto, é muito questionável se, na apropriação efectiva da casa, «o povo trabalhador se inclinará mais para o resgate» ou para qualquer outra forma de expropriação.

Mülberger exige que nos devemos tornar **práticos**, que «perante as condições práticas reais» não devemos «usar apenas fórmulas abstractas mortas», que devemos «sair do socialismo abstracto e **abordar as condições concretas determinadas da sociedade**». Se Mülberger tivesse feito isso, mereceria talvez grandes honras por parte do movimento. Sem dúvida que o primeiro passo na abordagem das condições concretas determinadas da sociedade consiste em conhecê-las, em investigá-las de acordo com a conexão económica existente. E que encontramos em Mülberger? Ao todo duas frases, que são:

1. «O operário assalariado está para o capitalista como o inquilino para o proprietário da casa.»

Demonstrei na p. 6⁷⁸ do folheto que isto é totalmente falso, e Mülberger nada pode objectar.

2. «Mas o touro que» (na reforma social) «tem de ser agarrado pelos cornos é **a produtividade do capital** — conforme lhe chama a escola liberal da economia nacional — a qual **na verdade não existe** mas que, **na sua existência aparente**, serve de manto que encobre toda a desigualdade que pesa sobre a sociedade de hoje.»

Assim, o touro que tem de ser agarrado pelos cornos «na verdade não existe» e, portanto, também não tem quaisquer «cornos». O mal não está nele próprio mas na sua **existência aparente**. No entanto, a «chamada produtividade» (do capital) é «capaz de tirar por encanto do chão, casas e cidades» cuja existência é tudo menos «aparente» (p. 12). E é um homem que, embora «também ele conheça bem» o *Capital* de Marx, gagueja desta maneira desesperadamente confusa acerca da relação entre capital e trabalho que pretende mostrar aos operários alemães um caminho novo e melhor e que se apresenta como o «arquitecto» que, «pelo menos nas suas grandes linhas, vê claramente a estrutura arquitectónica da sociedade futura»!

Ninguém «abordou as condições concretas determinadas da sociedade» mais de perto do que Marx no *Capital*. Marx gastou vinte e cinco anos a investigá-las de todos os lados e os resultados da sua crítica contêm sempre igualmente os germes das chamadas soluções tanto quanto elas possam ser possíveis hoje em dia. Isto não chega, porém, para o amigo Mülberger. Tudo isto é socialismo abstracto, fórmulas abstractas mortas. Em vez de estudar as «relações concretas determinadas da sociedade», o amigo Mülberger contenta-se com a leitura de alguns volumes de Proudhon, que, se é certo que praticamente nada lhe oferecem acerca das relações concretas determinadas da sociedade, em contrapartida lhe oferecem certas curas milagrosas concretas determinadas para todos os males sociais, e apresenta este plano de salvação social pronto, este **sistema** de Proudhon, aos operários alemães a pretexto de **ele** querer «dizer adeus aos **sistemas**», ao passo que eu «escolheria o caminho inverso!» Para compreender isto tenho de supor que sou cego e Mülberger surdo, de modo que todo e qualquer entendimento entre nós é puramente impossível.

Basta! Se esta polémica não servir para mais nada, tem em todo o caso a vantagem de ter fornecido a prova do que vale a prática destes socialistas que a si mesmos se chamam «práticos». Estas propostas práticas para a eliminação de todos os males sociais, estas panaceias sociais, têm sido sempre e em toda a parte produto de fundadores de seitas que surgiram numa época em que o movimento proletário estava ainda na sua infância. Proudhon é também um deles. O desenvolvimento do proletariado em breve se desembaraçará destas fraldas e produzirá na própria classe operária a compreensão de que nada é menos prático do que estas «soluções práticas» antecipadamente congeminadas e aplicáveis a todos os casos, e que o socialismo prático antes consiste num conhecimento correcto do modo de produção capitalista nos seus diversos aspectos. Uma classe operária que esteja ao corrente disto **nunca** terá dificuldades, em cada caso dado, de saber contra que instituições sociais e de que modo deve orientar os seus ataques principais.